

AEGON

Santander

SEGUROS NÃO VIDA

RELATÓRIO E CONTAS
**AEGON SANTANDER
PORTUGAL NÃO VIDA**

2016

RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER
PORTUGAL NÃO VIDA
2016

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.



ÍNDICE

01

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	06
Governança da Sociedade	08
▷ Estrutura e Modelo de Governo	08
▷ Estrutura Acionista	11
▷ Órgãos Sociais	11
▷ Código de Conduta	12
▷ Política de Remunerações	13
Enquadramento da Atividade	14
▷ Cenário Macroeconómico	14
▷ Mercado de Seguros em Portugal	24
Análise de Gestão	26
▷ Sistemas de Informação	26
▷ Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	27
▷ Síntese de Indicadores	28
▷ Gestão de Ativos	29
▷ Custos e Gastos por Natureza a Imputar	29
▷ Recursos Humanos e Formação	30
▷ Atividade Comercial	31
▷ Capital Próprio e Margem de Solvência	32
Perspetivas para 2017	33
Proposta de Aplicação de Resultados	34
Nota Final	35

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	37
------------------------------------	----

03

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	104
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	108



01

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ▷ **Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado**
- ▷ **Governança da Sociedade**
- ▷ **Enquadramento da Atividade**
- ▷ **Análise de Gestão**
- ▷ **Perspetivas para 2017**
- ▷ **Proposta de Aplicação de Resultados**
- ▷ **Nota Final**

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR DELEGADO

2016 foi um significativo e excitante ano para a Aegon Santander Portugal.

Este segundo ano de atividade da aliança estratégica entre os Grupos Aegon e Santander reforçou a desejada criação de valor desta parceria, não apenas para os Acionistas, mas também para os clientes que têm acesso a uma oferta alargada e diferenciadora de produtos de proteção.

Sabemos que para os nossos clientes a sua proteção pessoal e das suas habitações contra eventos imprevistos são uma prioridade. A elevada proximidade com os nossos clientes, a ir ao encontro das suas necessidades de proteção específicas, com particular destaque para o produto de acidentes pessoais Proteção Acidentes, onde em 2016 assistimos a um aumento de pessoas seguras de 81%.

Esta proximidade aos clientes continua a ser uma aposta forte da Companhia, onde continuamos a preparar a introdução de um novo processo de contratação de produto, alterando a forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia. Esta inovação tecnológica irá introduzir igualmente uma melhoria nos processos internos da Companhia, estando a sua fase de arranque prevista para o 2.º trimestre de 2017.

Os fundamentais da Companhia continuam fortes e os clientes continuam a valorizar as soluções que oferecemos, como demonstrado pela permanência e reforço da base de clientes. A nossa superior solidez financeira e flexibilidade, suportada na gama completa de soluções de proteção disponibilizada e uma forte capacidade de execução, permitiram-nos a obtenção de ótimos resultados financeiros e nível de retorno dos capitais próprios.

Atuando num contexto económico e social desafiante, foi possível reverter o resultado negativo gerado em 2015 obtendo um aumento de capitais próprios e um retorno¹ de 14,3% e 13,7%, respetivamente. É um ano em que reportamos um crescimento sólido e sustentado do nosso negócio e em que continuamos a preparar o futuro através de investimentos e desenvolvimento de oportunidades de crescimento.

O resultado líquido do exercício de 2016 situa-se em 1,7 milhões de euros (2015: 0,2 milhões de euros negativos), correspondente a 23 cêntimos de euro por ação (2015: 3 cêntimos de euro negativos). A boa *performance* da atividade de seguros acidentes pessoais e multirriscos habitação, aliada a uma gestão técnica eficiente e um compromisso de simplificação de operações, suportam os resultados obtidos.

Ao mesmo tempo, em que reforçamos a rentabilidade dos Acionistas, mantemos uma posição de solvência sólida em regime de Solvência II.

Adicionalmente, ao nível da gestão dos ativos financeiros, verificou-se um crescimento dos rendimentos financeiros obtidos de 77% face a 2015.

A nossa *performance* sólida e ações durante o ano refletem o continuado compromisso estratégico de manter um *mix* de qualidade de negócio, apropriada gestão de riscos e de capital e a prossecução de um crescimento rentável ao longo do tempo.

Mantemo-nos comprometidos com as quatro prioridades fundamentais para fortalecer as nossas operações:

(1) o nosso *mix* de negócio estratégico, focado na proteção dos riscos de acidente e de habitação aliado a um conjunto alargado de coberturas complementares, que são o principal *driver* do nosso desempenho e que nos diferencia enquanto Companhia de seguros;

(2) a nossa solidez financeira e marca, pilares fundamentais para assegurar a nossa capacidade de cumprir com os compromissos de longo prazo que mantemos com os nossos clientes;

(3) a eficiência operacional e qualidade nos serviços internos e externos e que permitem rápidas adaptações e respostas num ambiente em constante mutação; e

(4) o talento dos nossos colaboradores e a cultura da Companhia, que se mantem como uma importante vantagem competitiva e alavanca de *performance* da nossa atividade.

Adicionalmente, mantemos um sólido compromisso com a estrutura de governo da Companhia, que suporta a nossa capacidade de criar valor no longo prazo e cumprir as nossas obrigações com os nossos acionistas, clientes, reguladores, colaboradores e comunidade, onde a integridade permanece uma forte constante na nossa forma de atuação.

Finalmente, a terminar o ano de 2016, foi com enorme honra e satisfação que a Aegon Santander Portugal foi distinguida, pela revista *Exame*, como uma das 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal. Este prémio foi obtido entre as muitas empresas avaliadas, mais de 40 000 colaboradores, pertencentes aos mais diversos setores de atividade económica.

Esta distinção, obtida no final do segundo ano de atividade, e os bons resultados financeiros alcançados, transmitem total confiança no futuro. Contamos com uma sistemática de distribuição comercial forte e uma Equipa cheia de Talento, Ambição e Compromisso que todos os dias quer ser número Um naquilo que faz. São as capacidades individuais de cada um dos colaboradores que fazem com que a Aegon Santander Portugal se destaque enquanto Empresa.

A *performance* obtida nos 2 anos de atividade da Companhia reforça a nossa confiança na implementação e no sucesso do plano estratégico definido e na sua capacidade de gerar resultados de forma sustentada e consistente.

Jaime Kirkpatrick
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado

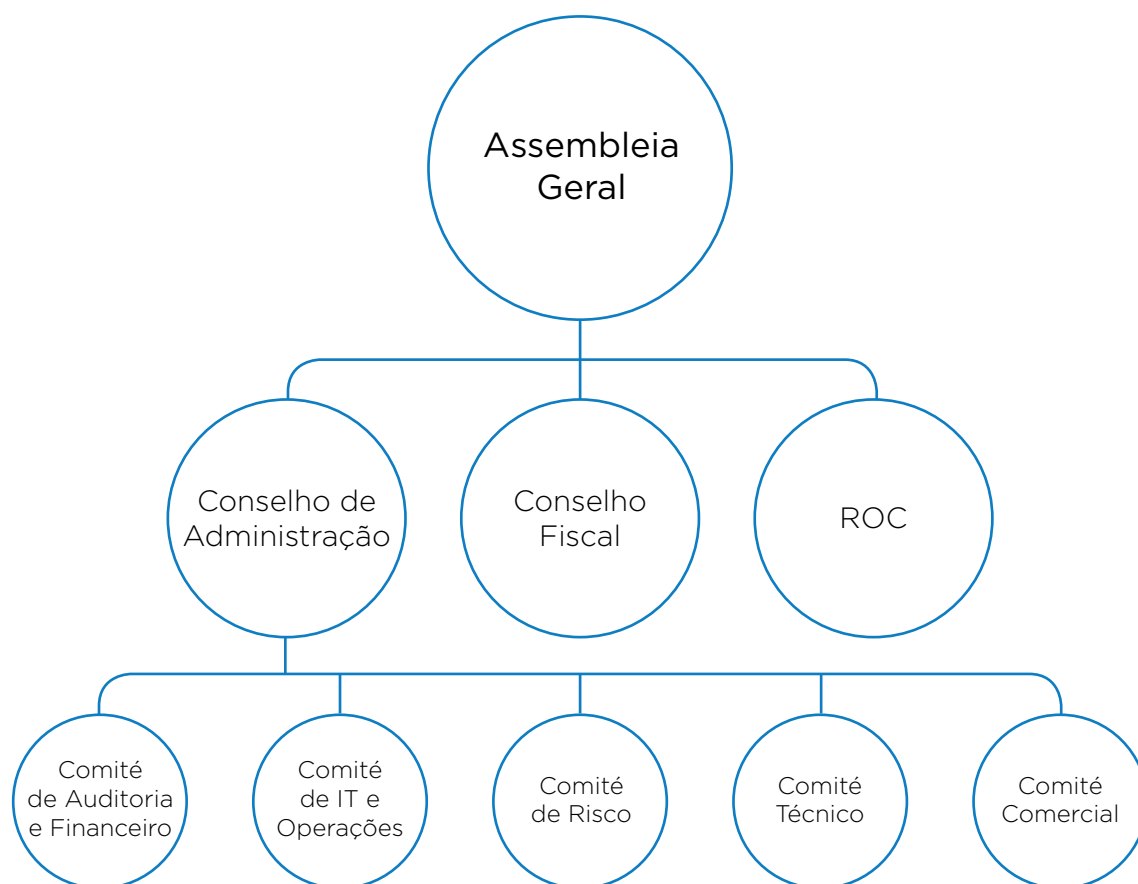
¹ Resultado líquido / Capital próprio + Prémio de emissão

GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

Estrutura e Modelo de Governo

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

O organograma seguinte apresenta a estrutura de governo da Aegon Santander Portugal Não Vida:



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos, mediante proposta do Conselho Fiscal. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Comitês apresentados no organigrama funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. Compete-lhes analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Os Comitês são constituídos por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

▷ Comité Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

▷ Comité de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e *compliance*;

▷ Comité Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

▷ Comité de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

▷ Comité de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e propõe os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comitês.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado, a estrutura da Companhia integra ainda cinco Direções, nomeadamente:

- ▷ Direção de Tecnologia e Operações;
- ▷ Direção Financeira;
- ▷ Direção de Qualidade e *Compliance*;
- ▷ Direção Técnica e de Produtos;
- ▷ Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Estrutura Acionista

**Santander
Totta
Seguros, S.A.**

49%

**Aegon
Spain
Holding, B.V.**

51%

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

- ▷ António Miguel Terra da Motta - Presidente
- ▷ Alexandre Jardim - Secretário

Conselho de Administração

- ▷ Jaime Kirkpatrick de la Vega – Presidente
- ▷ Nuno Miguel Frias Costa – Vice-presidente
- ▷ Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio – Administrador Delegado
- ▷ Borja Borrero Mayora
- ▷ Jorge Filipe Alves Gaspar
- ▷ Oscar Villoslada Montpart
- ▷ Ronald de Leeuw
- ▷ Tomás Alfaro Uriarte

Conselho Fiscal

- ▷ José Duarte Assunção Dias - Presidente
- ▷ António Baia Engana - Vogal
- ▷ Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço – Vogal
- ▷ José Luís Areal Alves da Cunha - Suplente

Revisor Oficial de Contas

- ▷ Carlos Manuel Sim Sim Maia ou José Manuel Henriques Bernardo, em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Código de Conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, encontrando-se publicado numa área comum, acessível a todos os colaboradores.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade desta, encontram-se definidos no código de conduta:

- ▷ Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- ▷ Respeito para com as pessoas;
- ▷ Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- ▷ Prevenção de riscos laborais;
- ▷ Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- ▷ Direitos coletivos.

O código de conduta encontra-se divulgado no sítio da internet da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

Política de Remunerações

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade foi apreciada e aprovada pela Assembleia Geral e encontra-se publicada de forma integral no sítio da internet da Companhia.

A referida política tem como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer, e atingir, metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- ▷ Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- ▷ Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- ▷ Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- ▷ Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente:
 - i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si;
 - ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- ▷ Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor;
- ▷ Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- ▷ Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

No que respeita à política de remunerações dos colaboradores prevista na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, informa-se que esta se encontra em processo de redação e validação, prevendo-se que seja aprovada pelo Conselho de Administração no curto prazo.

Esta política seguirá na generalidade os princípios que definem a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Cenário Macroeconómico

Economia Internacional

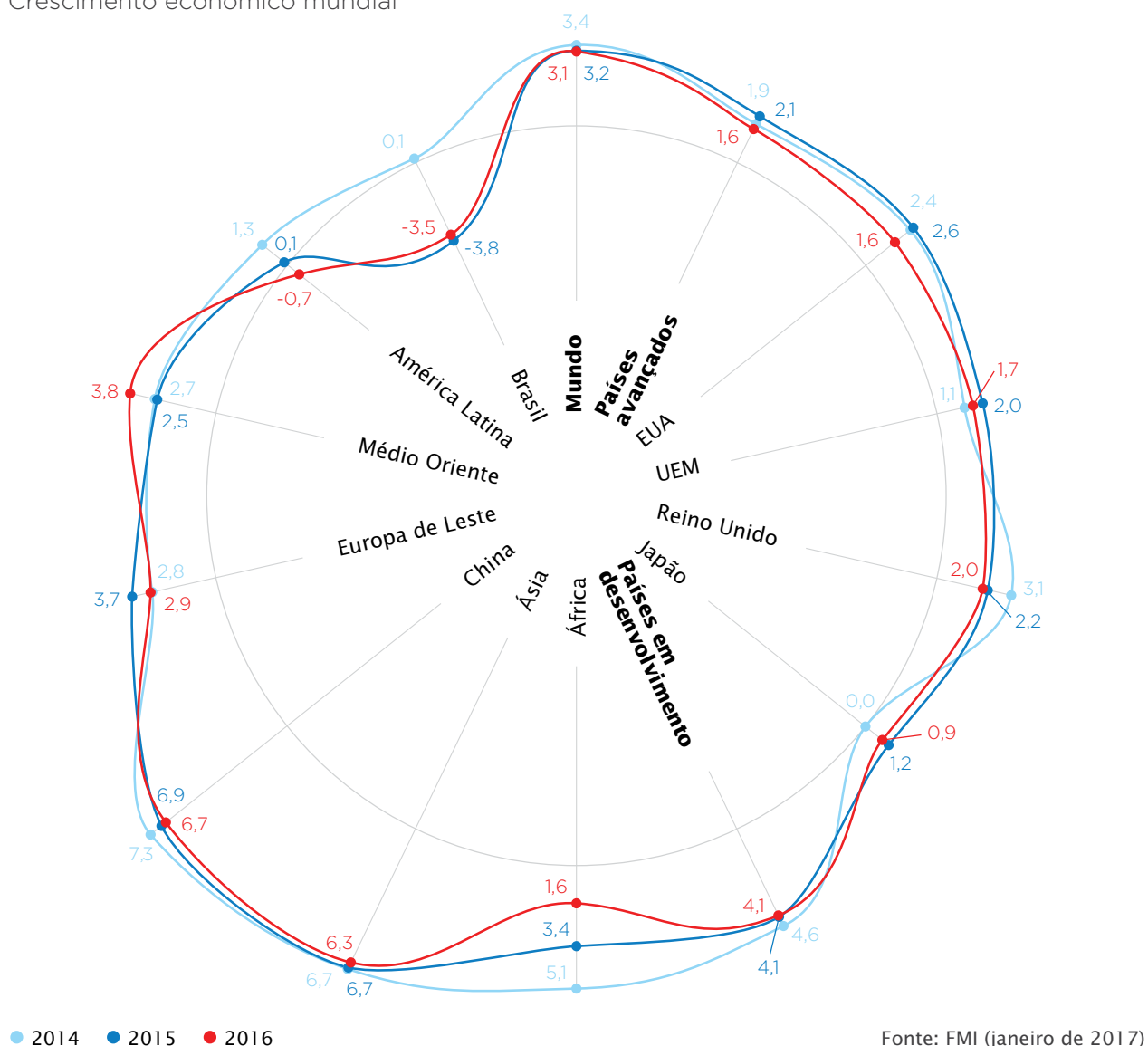
O ano de 2016 caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado, em redor de 3%, e em desaceleração face a 2015, assim resultando num novo ano de expansão inferior ao inicialmente previsto. Este abrandamento da atividade esteve especialmente concentrado nas economias desenvolvidas, tanto na zona euro, como nos EUA.

Ao longo do ano, o Fundo Monetário Internacional reviu em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB mundial, até 3,1%, na atualização de janeiro de 2017 do *World Economic Outlook*. As economias desenvolvidas poderão ter crescido 1,6% (face a 2,1% em 2015), e as economias emergentes poderão ter mantido um crescimento em redor de 4,1%, apesar de claras diferenças regionais.

A desaceleração esteve influenciada por um conjunto de fatores adversos, que foram afetando a confiança dos agentes económicos ao longo do ano.

Um primeiro fator foi a incerteza, logo nos primeiros meses do ano, relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou inclusivamente uma fase de volatilidade acrescida nos mercados financeiros. Os receios de uma desaceleração profunda da atividade foram dissipados com os dados económicos entretanto divulgados, que revelaram também que as medidas de estímulo adotadas pelas autoridades produziram efeitos de curto prazo, com o crescimento a estabilizar acima de 6,5%.

Crescimento económico mundial



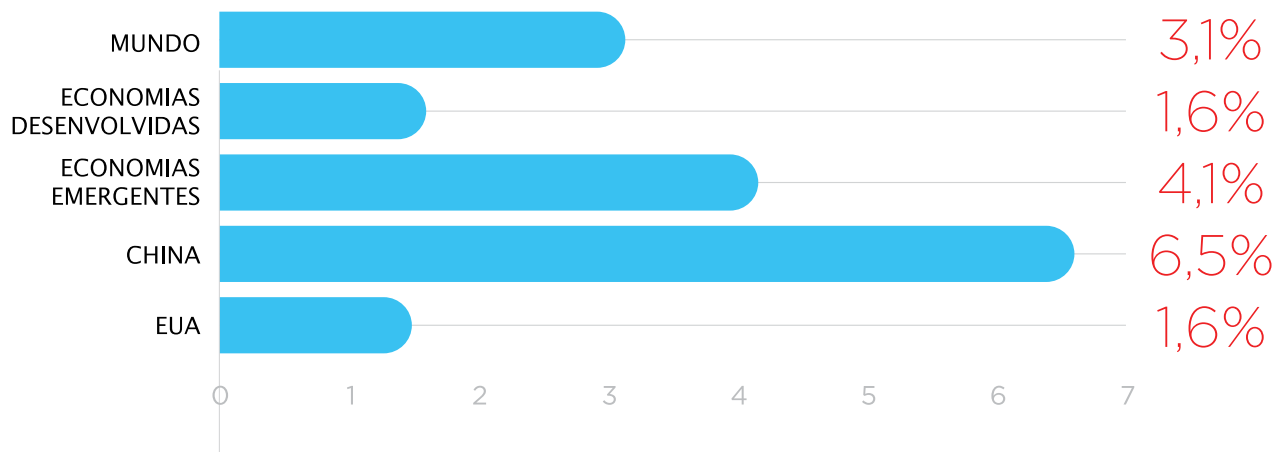
Um segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída, assim materializando o cenário de *Brexit*, contribuiu para manter o clima de incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros.

O novo Governo, liderado por Theresa May, anunciou que a formalização do pedido de saída, ao abrigo do artigo 50.º do Tratado da União Europeia, deveria ocorrer até ao final de março de 2017. Já em janeiro de 2017, o Parlamento votou pelo início do processo, e o Governo publicou um *Livro Branco*, onde apresentou os objetivos para o período negocial, assim como para a futura relação com a União Europeia. Em particular, o Governo pretende ter um período de transição diferenciado entre setores e que cubra o risco de não existir um pleno acordo durante o horizonte de dois anos previsto no Tratado de Lisboa.

O FMI publicou um estudo², preliminar ao referendo, onde estimou um impacto negativo de entre 0,5pp e 1pp sobre o crescimento económico nas principais economias desenvolvidas, num período de dois a três anos, e num contexto de negociações bem-sucedidas. A economia britânica, contudo, poderia ser mais afetada, em especial devido ao maior peso dos serviços no conjunto da atividade, com um impacto de -0,9pp já no ano de 2017. Em 2016, os impactos revelaram-se menores do que o antecipado, embora apenas em 2017 o processo de *Brexit* venha a ter o seu efetivo início.

² "United Kingdom: Selected Issues", IMF Country Report 16/169, junho 2016

Crescimento económico mundial



Fonte: FMI (janeiro de 2017)

O Banco de Inglaterra, nas reuniões de 2016, manteve as taxas de juro de referência, mas sinalizou sempre dispor dos instrumentos necessários para atuar, caso os riscos adversos se materializassem e afetassem negativamente a atividade económica.

Nesse mesmo estudo, o FMI considerou que as outras economias mais afetadas poderiam ser as economias desenvolvidas, com as quais o Reino Unido tem relações comerciais e financeiras mais fortes, pelo que mesmo dentro da União Europeia os impactos poderiam ser diferenciados entre os vários países.

Para Portugal, o Reino Unido foi, nos últimos anos, um importante parceiro comercial, sendo o quarto mercado de destino das exportações de bens e serviços (sendo ao nível do turismo o principal mercado de origem). Além disso, Portugal registou com o Reino Unido o seu maior excedente comercial.

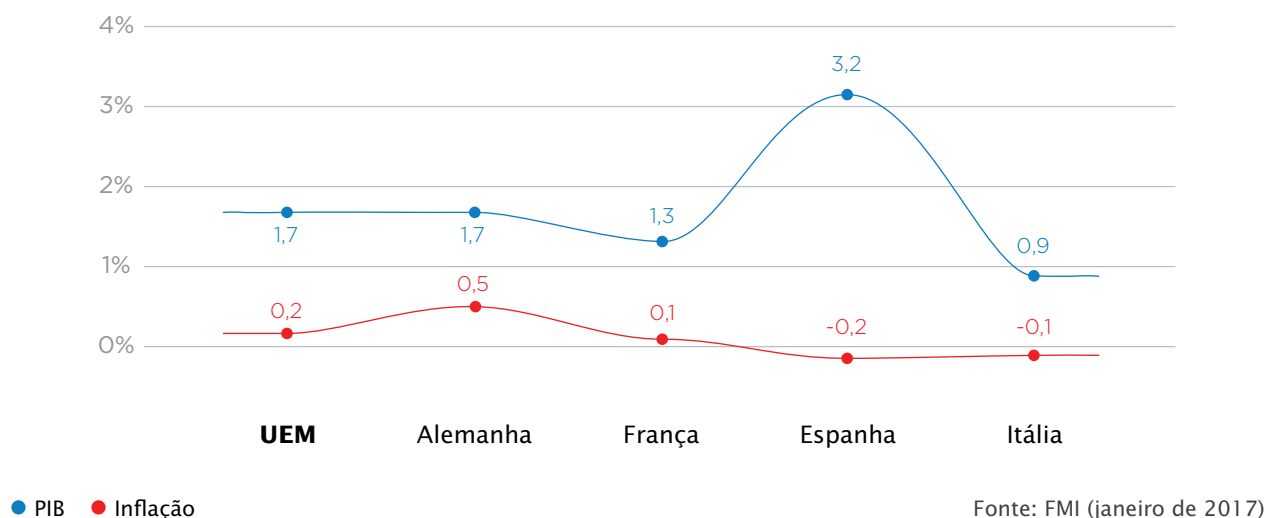
Um terceiro fator de incerteza esteve relacionado com alterações geopolíticas, onde se incluíram um progressivo foco em políticas protecionistas, em contraste com o processo de globalização que caracterizou as três últimas décadas.

Também nos EUA, a nova Administração, eleita em novembro de 2016, deu orientações de revisão dos principais acordos comerciais, em vigor ou em fase final de negociação (NAFTA, TPP e TTIP), bem como das relações comerciais com a China e outros países.

Em 2016, a economia norte-americana desacelerou, com um crescimento estimado em 1,6%, face a 2,6% no ano anterior. Esta desaceleração, e como verificado em anos anteriores, foi mais pronunciada no primeiro semestre do ano, e esteve associada a, por um lado, condições climáticas adversas, que afetaram a construção, e, por outro lado, a uma redução do investimento em infraestruturas de óleo e gás de xisto, fruto da descida dos preços do crude para níveis abaixo de 40 dólares por barril no final de 2015.

Apesar do menor crescimento económico, a criação de emprego permaneceu sustentada, com a taxa de desemprego a cair para 4,7%, o nível mais baixo desde 2007.

Evolução do PIB e da inflação na zona euro



Fruto da conjugação dos fatores de incerteza supramencionados, a Reserva Federal dos EUA apenas retomou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em dezembro, com uma nova subida de 25pb, para 0,75%, já que em reuniões anteriores decidiu aguardar por mais informação quanto aos impactos que esses fatores poderiam ter sobre a economia norte-americana. Nessa mesma reunião, revelou que os governadores admitiam a possibilidade de as taxas de juro de referência poderem vir a registar mais duas a três subidas durante o ano de 2017.

Na zona euro, o PIB desacelerou igualmente, com um crescimento estimado de 1,7%, abaixo dos 2,0% observados em 2015. Durante o primeiro semestre, e apesar do clima de incerteza global, a zona euro manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital.

No entanto, com as estimativas de crescimento para 2016 abaixo do crescimento potencial, e com a inflação claramente abaixo do objetivo de “próximo, mas abaixo de 2%”, fruto também da evolução dos preços da energia, o Banco Central Europeu decidiu uma reformulação das medidas de estímulo à economia.

Na reunião de março, o BCE decidiu (i) descer a taxa refi para 0% e a taxa de depósito para -0,4%; (ii) ampliar o programa de aquisição de ativos financeiros para 80 milhões de euros mensais (um acréscimo mensal de 20 mil milhões); (iii) incluir dívida emitida por empresas não financeiras no leque de ativos elegíveis para o programa de *quantitative easing*; e (iv) lançar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa), a quatro anos, nas quais os bancos acedem a financiamento à taxa refi, podendo posteriormente beneficiar de uma bonificação da taxa de juro, até ao valor da taxa de depósito, dependente da evolução da carteira de crédito durante o período de vida da operação. Os bancos puderam, também, converter o financiamento que tinham obtido ao abrigo do anterior programa de TLTRO nesta nova modalidade.

Em consequência deste anúncio, e sua implementação, as taxas de juro da zona euro, de curto e de longo prazo, registaram um movimento de descida, que as conduziu para níveis mínimos históricos absolutos.

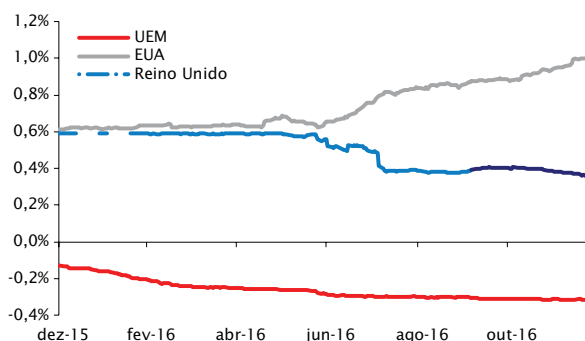
Assistiu-se, assim, a um movimento diferenciado das taxas de juro entre a zona euro (valores progressivamente mais negativos) e os EUA, onde as taxas de juro de curto prazo subiram, em consonância com a atuação da Reserva Federal. As taxas de juro britânicas reduziram-se, a partir de junho, com a mensagem pelo Banco de Inglaterra de que estaria disponível para reagir aos eventuais efeitos do *Brexit* sobre a economia.

Em vários países europeus, as taxas de juro de longo prazo (na maturidade dos 10 anos) entraram em terreno negativo, fruto das decisões de março do BCE.

Esta dinâmica inverteu-se no final do ano, quando se iniciou um movimento global de *repricing*, que teve parte da sua génese nos EUA, em antecipação à eleição de Donald Trump e às anunciadas políticas de estímulo económico (fiscal e de investimento em infraestruturas). Na Europa, as taxas de juro de longo prazo subiram mais pronunciadamente em Espanha, devido às negociações para formação do Governo, e em Itália, em antecipação ao referendo sobre a reforma do sistema político.

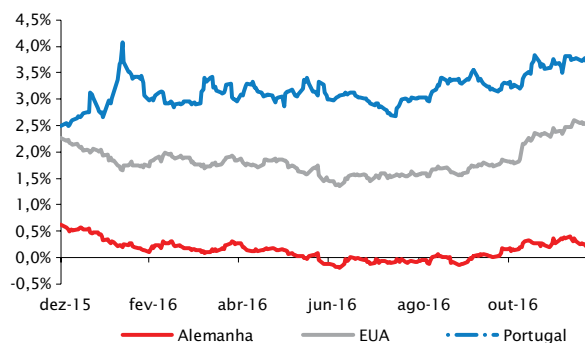
Estes fatores levaram a que, no final do ano, e mesmo no contexto de subida das taxas de juro na Alemanha, os *spreads* de crédito tivessem alargado. Portugal, contudo, registou um agravamento mais pronunciado, para níveis em redor de 350pb no final do ano, um agravamento face aos cerca de 200pb observados no início do ano. Apesar da progressiva redução do défice orçamental, a perceção de risco permaneceu sempre elevada, seja por receios de contágio da envolvente externa, seja por receios de que a notação de risco da República pudesse ser revista em baixa, o que não ocorreu.

Taxas de juro 3 meses



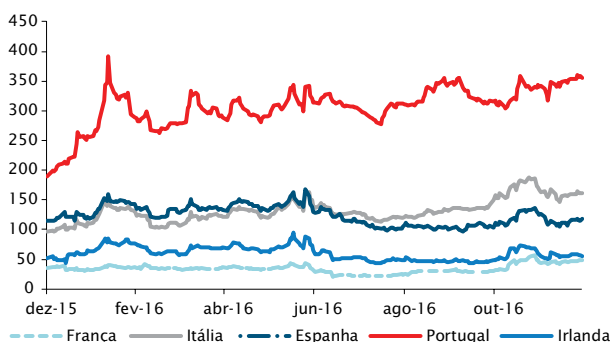
Fonte: Bloomberg

Taxas de juro 10 anos



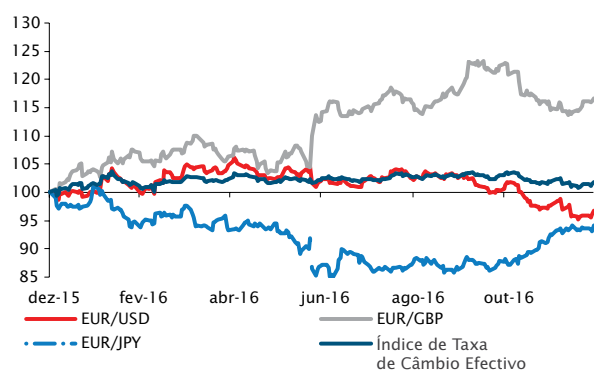
Fonte: Bloomberg

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Principais taxas de câmbio (dez.2015 =100)

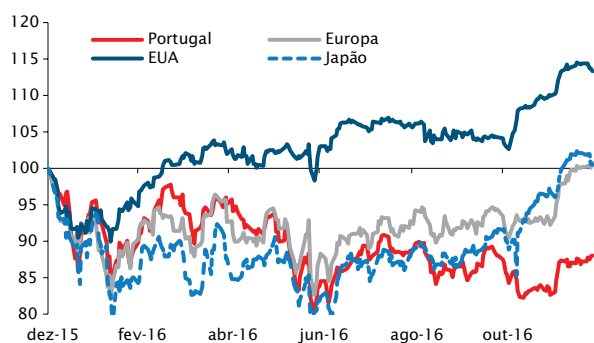


Fonte: BCE

No mercado cambial, destacou-se a depreciação do euro, acentuada pelas revisões de política pelo BCE. No final do ano, e após as eleições presidenciais nos EUA, o euro testou mínimos desde 2002 face ao dólar, próximo dos 1,03 dólares por euro.

A libra esterlina, contudo, de entre as principais taxas de câmbio, foi a moeda que mais desvalorizou, devido à materialização do cenário de *Brexit*. Efetivamente, após o referendo, a libra depreciou até 0,94 libras por euro, o nível mais fraco face ao euro desde 2009. Contudo, a maior depreciação ocorreu face ao dólar, com a libra a cair para 1,2 dólares, o nível mais fraco em mais de três décadas.

Mercados acionistas (dez.2015 =100)



Fonte: Bloomberg

A evolução dos mercados acionistas caracterizou-se por um sentimento globalmente negativo, salvo raras exceções, durante a maior parte do ano. Ainda assim, a generalidade dos índices recuperou das perdas acumuladas, encerrando o ano em linha ou acima dos níveis de fecho em 2015, quando a incerteza quanto ao ritmo de crescimento na China atingiu o seu pico.

Nos EUA, os mercados acionistas entraram em terreno positivo no segundo trimestre do ano, fruto de dados económicos sustentados e da manutenção das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e viriam a registar uma mais forte apreciação já no quarto trimestre do ano, após a eleição de Donald Trump como 45.º Presidente dos EUA, em antecipação às medidas expansionistas (programa de infraestruturas e redução dos impostos sobre o rendimento) anunciadas durante a campanha eleitoral.

Na Europa, o sentimento permaneceu negativo, fruto também do resultado do *Brexit* e os receios quanto aos potenciais impactos adversos sobre as economias europeias, assim como das perspetivas de necessidade de recapitalização dos bancos europeus, em especial os italianos. Os mercados recuperaram no final do ano, apoiados por dados económicos mais favoráveis, bem como pelos efeitos de contágio oriundos dos EUA.

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma desvalorização de cerca de 12%, muito influenciada pela dinâmica do setor bancário, quer no contexto europeu de recapitalização do setor e de gestão de ativos não produtivos, em especial créditos *non-performing* (na aceção da Autoridade Bancária Europeia – EBA), quer no quadro específico do setor nacional, com reorganizações acionistas e pagamentos de ajudas de Estado.

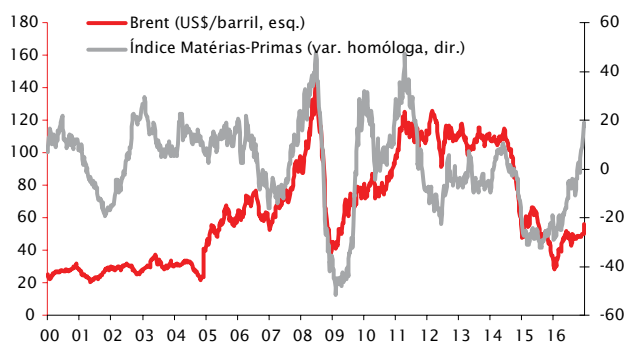
Os dados económicos mais favoráveis, em especial nos últimos meses do ano, e as expectativas de políticas expansionistas (monetária na Europa e Ásia, fiscal nos EUA, por exemplo), contribuíram para uma valorização das principais matérias-primas, com especial destaque para o crude.

O preço do petróleo valorizou mais de 50%, para cerca de 56 dólares por barril, face a cerca de 35 dólares no final de 2015. Esta evolução foi influenciada, também, pelo acordo entre os produtores de petróleo para uma redução da produção, já no último trimestre do ano.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, que começou o ano em redor de 1062 dólares por onça, valorizou continuamente até ao verão, quando atingiu os 1375 dólares, no quadro de incerteza global. Contudo, no final do ano, a redução da aversão a risco refletiu-se numa depreciação do ouro, que fechou 2016 nos 1123 dólares.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

O PIB cresceu 1,4% em 2016, beneficiando de uma aceleração da atividade económica já no segundo semestre do ano, que assim compensou a desaceleração iniciada em 2015 e que se estendeu pela primeira metade do ano. Contudo, a economia desacelerou face aos 1,6% observados em 2015.

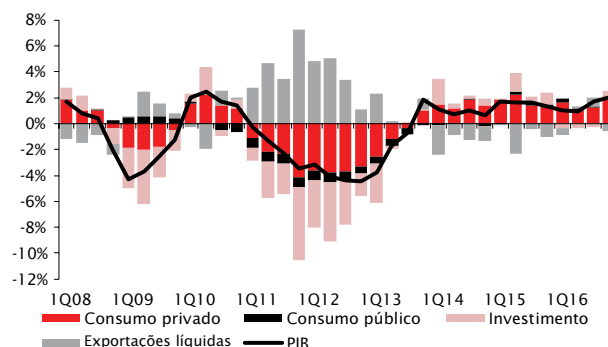
DADOS MACROECONÓMICOS	2014	2015	2016
PIB	0,9	1,6	1,4
Consumo privado	2,3	2,6	2,3
Consumo público	-0,5	0,8	0,8
Investimento	5,1	4,6	-0,9
Exportações	4,3	6,1	4,4
Importações	7,8	8,2	4,4
Inflação média	-0,3	0,5	0,6
Desemprego	13,9	12,4	11,1
Saldo orçamental (% do PIB)	-3,6	-3,0	-2,1
Dívida pública (% do PIB)	130,6	129,0	130,5
Bal. corrente e capital (% do PIB)	1,5	1,7	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No primeiro semestre, o PIB cresceu a um ritmo trimestral anualizado de 1%, com a taxa homóloga a desacelerar para 0,9% nesse período. Este abrandamento foi mais marcado ao nível do investimento e das exportações, associado também ao aumento da incerteza global que caracterizou a economia mundial durante este período.

A desaceleração do investimento, prolongando uma tendência que já vinha de 2015, foi ampliada por condições climatéricas adversas que afetaram o setor da construção. Também o investimento em máquinas e equipamentos registou uma trajetória de abrandamento, com as empresas a adiarem projetos de expansão da capacidade, fruto dos sinais de desaceleração da procura externa e de níveis de utilização da capacidade instalada abaixo da média histórica.

Contributos para o crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Contudo, esta moderação do investimento não terá sido uniforme entre setores, com um reforço da despesa de capital nos setores de refinação de petróleo e automóvel (este, em preparação para a produção de um novo modelo automóvel a lançar em 2017, na AutoEuropa). O maior volume de investimento por estes setores de atividade foi anulado pela prática estagnação do investimento em construção residencial e pela forte retração do investimento público.

As exportações desaceleraram durante todo o primeiro semestre do ano, sendo especialmente afetadas por três fatores, dois dos quais relacionados com o acima mencionado relativo ao investimento. São os casos do encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, e que afetou as exportações de produtos energéticos, e a redução das exportações de material de transporte, devido à mencionada substituição de modelos automóveis produzidos na AutoEuropa, que se refletiu também nas dinâmicas de exportações para a Alemanha e China. O terceiro fator prende-se com a mais significativa redução das exportações para Angola, cuja economia atravessou um processo de ajustamento económico provocado pela descida do preço do petróleo. Em 2016, as exportações para Angola representaram menos de 4% do total, face aos cerca de 7% observados em anos transatos.

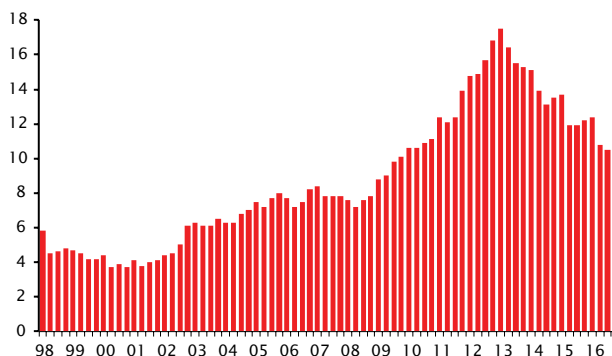
No decurso do segundo semestre, e em especial no final do ano, assistiu-se, em sintonia com a recuperação da economia global, a uma reaceleração das exportações.

O consumo privado manteve um crescimento sustentado, embora abaixo do observado em 2015, e apesar de um impulso no primeiro trimestre, associado, por um lado, à reposição de rendimentos na Função Pública (que foi efetuada de modo gradual ao longo do ano, sendo os salários repostos ao nível de 2011 no final do ano), e, por outro, ao aumento da despesa de consumo em bens duradouros, em especial automóveis, devido à antecipação da aquisição de viaturas fruto das alterações fiscais constantes do Orçamento do Estado para 2016, que entrou em vigor em Abril.

A descida do desemprego para 10,5% no segundo semestre do ano (11,1% em média anual), contribuiu também para suportar a dinâmica do consumo privado.

A balança corrente e de capital manteve um saldo excedentário, na ordem de 1,7% do PIB, em linha com o observado no ano transato, com o saldo da balança de serviços a compensar a desaceleração ligeira das exportações de bens, assim como pelo agravamento ligeiro do défice da balança de rendimentos (em linha com a subida das taxas de juro da dívida portuguesa).

Taxa de desemprego (%)

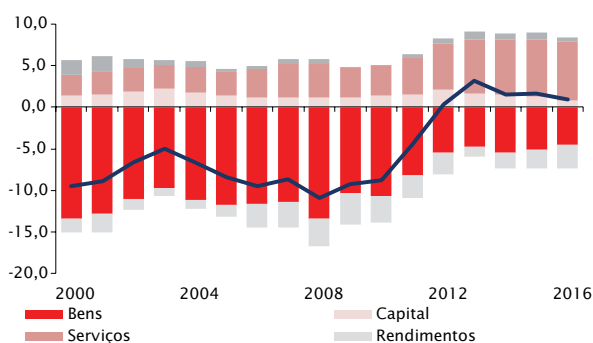


Fonte: INE

A posição de investimento internacional continuou a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para cerca de 103% do PIB, uma redução de cerca de 6pp face a 2015.

A execução orçamental de 2016, na ótica da contabilidade nacional, terá registado um défice de 2,1% do PIB, abaixo dos 2,5% acordados com a Comissão Europeia e dos 2,2% constantes do Orçamento do Estado. A execução orçamental esteve impactada por fatores pontuais, entre os quais as receitas do PERES – programa de regularização de pagamentos ao Estado, bem como por reduções da despesa corrente primária e de investimento, para compensar um menor crescimento da receita fiscal e o aumento da despesa com pessoal.

Balança corrente e de capital (% PIB)

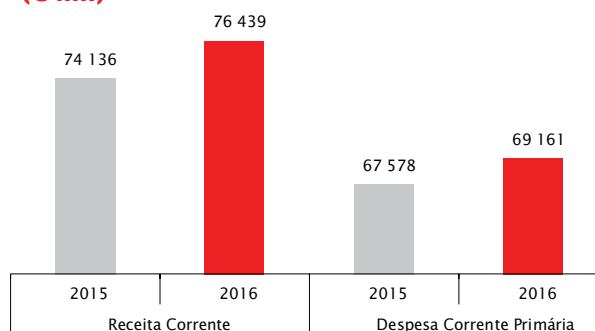


Fonte: Banco de Portugal, INE

A receita fiscal, para o conjunto das Administrações Públicas, cresceu 2,4% em 2016, sendo que a receita de impostos diretos contraiu 2,1%, devido à redução da sobretaxa em sede de IRS, e apesar da recuperação da receita de IRC, no âmbito do PERES. Ao nível dos impostos indiretos, a receita subiu 6,6%, beneficiando da dinâmica do ISP, já que a receita de IVA cresceu de forma mais moderada.

A despesa corrente primária cresceu 2,3%, com o aumento dos encargos com pessoal (+3,1%) a serem compensados por um maior controlo da despesa com outros bens e serviços (+0,7%), e, ao nível da despesa total, pela redução da despesa de capital (-5,2%).

Receita corrente e despesa corrente primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República permaneceu inalterada, com as principais agências a reafirmarem as notações de risco, de *speculative grade* pela S&P Global, Moody's e Fitch, e de *investment grade*, pela DBRS.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e focou na diversificação das fontes de financiamento, com o lançamento de um novo produto de retalho, as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável – OTRV, com uma remuneração correspondente à taxa Euribor 6 meses adicionada de um *spread* de 2,05%. Durante o ano, o Tesouro emitiu 3,5 mil milhões de euros neste produto, a que acresceram 3,5 mil milhões em Certificados do Tesouro e de Aforro, embora nos últimos meses do ano, e fruto da menor remuneração, tivesse havido já resgates líquidos de Certificados de Aforro. O Tesouro amortizou, também, uma nova tranche dos empréstimos do FMI, no montante de 4,5 mil milhões de euros.

O setor financeiro português, em 2016, prosseguiu os vários processos de reestruturação, incluindo recapitalização e redefinição da estrutura acionista por parte de algumas instituições. No final do ano, o Banco de Portugal comunicou que o Fundo de Resolução iria prosseguir as negociações para a venda do Novo Banco. Em setembro de 2016, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o setor tinha um rácio CET1 de 12,3%.

A evolução dos volumes de crédito caracterizou-se, um ano mais, pelo aumento dos volumes de nova produção, ao nível do crédito a particulares, mas em simultâneo pela continuação da redução do *stock* de crédito. Esta dinâmica é habitual em períodos de reestruturação, enquadrada também no processo de desalavancagem pelo setor privado da economia. O rácio crédito/depósitos reduziu-se para 101,1%, em setembro.

A nova produção de crédito hipotecário aumentou 44% face ao ano transato, embora o *stock* de crédito hipotecário se tenha reduzido em cerca de 3%. O crédito ao consumo e outros fins registou um crescimento de quase 8% ao nível da nova produção, e um crescimento de 6% em termos de *stock*. O crédito a empresas, contudo, e no contexto de reduzido investimento, registou uma redução de 12% ao nível da nova produção, e de 6% em termos de *stock*. Houve, a este nível, também um aumento do ritmo de *write-offs*, que contribuiu para a redução da carteira de crédito.

Mercado de Seguros em Portugal

A crise que nos últimos anos tem atingido o setor financeiro afeta naturalmente o setor segurador. Contudo, este continua a revelar-se robusto e solvente, cumprindo com as suas responsabilidades perante os tomadores de seguros, os beneficiários e os terceiros lesados.

No ano de 2016, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 10,8 mil milhões de euros. Porém, este valor representou um decréscimo de 14,4% face ao valor do ano anterior.

Esta evolução é explicada principalmente pela queda de produção do ramo vida que viu o seu volume diminuir 23,3%, tendência que já se tinha verificado no ano anterior. Inversamente, os ramos não vida apresentaram um acréscimo de produção de 4,9% face a 2015.

A quebra de produção do ramo vida decorreu principalmente do decréscimo das contribuições para seguros de poupança, em resultado das baixas taxas de juro e de uma menor propensão à poupança.

Este comportamento verificou-se apenas no canal bancário que registou uma variação de -29,6% face ao período homólogo. Enquanto, nos restantes canais de distribuição constatou-se um aumento de 8,4%. Posto isto, o peso do canal bancário no total dos prémios emitidos relativos à produção vida estabeleceu-se nos 75% (82% no ano de 2015).

Por sua vez, no que diz respeito aos seguros dos ramos Não Vida, a produção por canal de distribuição tem uma estrutura inversa, sendo o peso do canal bancário significativamente inferior (17% do total dos prémios emitidos) ao peso dos restantes canais de distribuição. Em termos evolutivos, ambas as categorias registaram variações positivas dos prémios, os restantes canais de distribuição aumentaram 6% e o canal bancário apenas verificou um aumento de 5,3%, relativamente ao ano de 2015.

Milhares de euros					
PRODUÇÃO DE SEGURO DIRETO EM PORTUGAL POR RAMOS	2013	2014	2015	2016*	△
Vida	9 248 442	10 439 186	8 670 933	6 648 371	-23,3%
Seguro de vida	7 313 883	8 401 300	6 522 123	4 989 389	-23,5%
Seguros ligados a fundos de investimento	1 930 232	2 030 698	2 148 113	1 658 980	-22,8%
Operações de Capitalização	4 328	7 188	697	2	-99,7%
Não Vida	3 855 467	3 848 657	3 993 198	4 190 232	4,9%
Acidentes e doença	1 232 461	1 259 356	1 354 055	1 482 112	9,5%
Acidentes de trabalho	511 158	515 942	555 938	623 958	12,2%
Doença	570 554	589 169	633 138	693 680	9,6%
Acidentes (outros)	150 749	154 245	164 979	164 474	-0,3%
Incêndio e outros danos	760 331	751 384	763 772	776 268	1,6%
Automóvel	1 478 230	1 448 547	1 470 746	1 522 071	3,5%
Marítimo e transportes	31 611	28 352	25 014	24 433	-2,3%
Aéreo	7 326	5 968	6 850	6 334	-7,5%
Mercadorias transportadas	24 677	23 533	22 645	21 439	-5,3%
Responsabilidade civil geral	106 324	108 060	112 420	114 994	2,3%
Diversos	214 508	223 457	237 696	242 581	2,1%
Total	13 103 909	14 287 843	12 664 131	10 838 603	-14,4%

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço
* valores provisórios

Fonte: ASF

No que concerne aos ramos Não Vida há a destacar o ramo de Acidentes e Doença, em especial os ramos de Acidentes de Trabalho e Doença, que registam aumentos de 12,2% e 9,6% respetivamente, face ao ano de 2015. Também moderadamente cresceu o ramo Automóvel, o maior do segmento Não Vida, que registou um crescimento de 3,5%.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa destacar os desafios que este setor enfrentou e continuará a enfrentar na área prudencial. Tais desafios tornaram-se evidentes durante o ano de 2016, no qual assumiu particular relevância o início do regime Solvência II, através da aprovação e publicação da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Com a introdução deste regime, o processo de supervisão será conduzido de uma forma prospetiva, e não apenas reativa, e tendo em conta a aplicação do princípio da proporcionalidade.

As vantagens do novo regime são evidentes para as seguradoras, que irão beneficiar de um quadro legal atualizado e detalhado que regula as suas atividades e fixa uma correspondência muito mais próxima entre os fundos próprios e os riscos que assumem na sua atividade. A harmonização à escala europeia do novo regime traz benefícios acrescidos na comparabilidade entre mercados e operadores.

Em matéria de requisitos quantitativos, a entrada em vigor das novas regras vem revolucionar a forma como a gestão dos riscos e do capital é prosseguida. Os requisitos de capital passam a considerar todos os riscos materiais a que cada seguradora estiver exposta, incentivando a que todas as decisões estratégicas e de gestão tomadas considerem os riscos presentes no balanço.

Adicionalmente, o regime de Solvência II estabelece dois patamares de exigências de capital. O Requisito de Capital de Solvência (SCR), calculado de uma forma detalhada, abrange todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito das contrapartes, específicos de seguros e operacionais. Por sua vez, o Requisito de Capital Mínimo (MCR) estabelece um nível de alerta superior, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades inscritas nas provisões técnicas.

A legislação aprovada reforça também as exigências em matéria de governo corporativo das empresas de seguros. São incluídas normas específicas sobre a idoneidade e aptidão daqueles que administram efetivamente a seguradora e dos responsáveis pelas funções chave, designadamente as de gestão de riscos, atuarial, de *compliance*, e de auditoria interna.

A autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) é também um elemento importante do novo regime de Solvência II, enquadrando-se no âmbito do sistema de gestão de riscos das seguradoras. Traduz-se essencialmente num exercício que integra as especificidades da própria empresa, do negócio e dos seus riscos.

Com o novo regime jurídico também melhoram e são unificados os formatos de divulgação de informação ao público e de reporte das seguradoras ao supervisor, promovendo a transparência relativamente à sua situação financeira e de solvência e fomentando a disciplina de mercado. Em paralelo aos relatórios e contas estatutários, são preparados relatórios públicos de cariz prudencial.

ANÁLISE DE GESTÃO

Sistemas de Informação

Os sistemas de informação assumem uma importância significativa em qualquer organização. Um dos seus grandes desafios é assegurar requisitos de qualidade, disponibilidade, adequação e exatidão, imprescindível para o desenvolvimento do negócio.

Destacam-se como principais linhas de ação em 2016 os seguintes pontos:

- ▷ Desenvolvimento e implementação de uma plataforma tecnológica que passará a ser o suporte de toda a atividade;
- ▷ Continuação de implementação de uma melhoria significativa nos processos de contratação de produtos, e na forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia. Esta implementação visa também uma melhoria significativa nos processos internos da Companhia;
- ▷ Otimização da solução de Gestão Documental com a migração do sistema para uma plataforma que oferece maior robustez e com uma melhor integração com o sistema de informação da Companhia;
- ▷ Teste de recuperação de sistemas, *disaster recover*, assegurando a continuidade da operacionalidade dos sistemas e aplicações no caso de ocorrência de um evento com impacto tecnológico.

De referir ainda que, suportada em prestadores de serviços externos, a Companhia dispõe de ferramentas que garantem a segurança dos dados, o controlo de acessos, a integridade e a capacidade de reconstituição das bases de dados.

As componentes de segurança de tecnologia assentam numa estrutura de *firewalls*, sistemas de deteção e proteção de intrusão, sistemas de antivírus e filtros de conteúdos e de acessos suportados em tecnologias adequadas.

Relativamente à segurança física dos dados, esta está assegurada, em primeiro nível através da existência de dois centros de processamento de dados (CPD) – um primário e outro secundário – com replicação de dados em permanência do centro primário para o centro secundário e, em segundo nível, pelos respetivos *backups* de dados.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

As empresas devem conhecer os riscos que ameaçam o seu negócio de modo a implementar sistemas de gestão de risco e controlo interno adequados que atenuem ou eliminem esses riscos ou que impeçam a concretização das metas e objetivos definidos. Sistemas de gestão de risco e controlo interno eficazes são determinantes para proteger e fortalecer as organizações e prevenir ou diminuir o impacto negativo de eventos futuros.

Os mecanismos de controlo interno desenvolvidos contribuem para uma melhor identificação dos riscos decorrentes de falhas operacionais. As atividades de controlo são constituídas por políticas, procedimentos e práticas desenvolvidas para direcionar especificamente cada controlo a fim de atenuar os riscos previamente identificados e que afetam, de alguma forma, o cumprimento dos objetivos definidos pela Companhia. Este sistema permite a identificação de deficiências minimizando-as ou, se possível, eliminando-as, contribuindo para uma melhoria dos procedimentos que conseqüentemente terão reflexo no perfil de risco da Companhia e na sua gestão.

A auditoria interna assume aqui um importante papel no sentido de avaliar a adequação e eficácia dos controlos, promovendo a melhoria contínua dos processos e auxiliando a organização a criar valor para os seus acionistas.

A entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2016, do novo regime de Solvência II implicou um natural reforço do sistema de gestão de risco e controlo interno da Aegon Santander Portugal Não Vida. Neste sentido, desenvolveu um conjunto de atividades essencialmente relacionadas com a definição e monitorização de políticas de risco e modelo de governação, a implementação de processos de identificação, quantificação e mitigação do risco e de melhorias na gestão do risco operacional e do controlo interno.

Os requisitos de capital passaram a considerar todos os riscos materiais a que a Companhia está exposta, de modo a que todas as decisões estratégicas e de gestão tomadas considerem estes riscos.

Relativamente a todo o processo de cálculo e reporte exigido pelo novo regime, a Companhia desenvolveu melhorias ao nível dos dados, da informação e das hipóteses subjacentes ao cálculo e também ao nível do processo de validação e de documentação. Cumpriu o plano e prazos definidos, garantindo a qualidade da informação e dos resultados.

Neste âmbito, importa referir que os resultados do processo de certificação do reporte de abertura de Solvência II, com referencia a 1 de janeiro de 2016, efetuado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável, revelaram-se positivos.

No ano de 2016 a Companhia efetuou e reportou ao supervisor o exercício *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o seu perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos mas plausíveis.

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	2016	2015
Posição financeira		
Ativo líquido	18,7	14,7
Passivo	4,8	2,5
Capitais próprios	13,9	12,2
Resultado líquido	1,7	(0,2)
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	27,1	10,4
Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite	(6,2)	(2,4)
Custos de aquisição	(14,5)	(5,7)
Saldo de resseguro	(0,2)	(0,2)
Resultados dos investimentos	0,05	0,03
Número de apólices em vigor (seguro direto e resseguro aceite)	292 710	255 985
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de dezembro) (*)	32	25
Prémios emitidos / Número de colaboradores	0,8	0,4
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,1	(0,0)
Resultado líquido / Prémios emitidos	6%	-2%

(*) inclui Administrador Delegado

Gestão de Ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por sectores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

	Milhões de euros	
ATIVOS FINANCEIROS	2016	2015
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,3	0,3
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	3,9	2,7
De outros emissores	5,9	2,9
Total	10,1	6,0

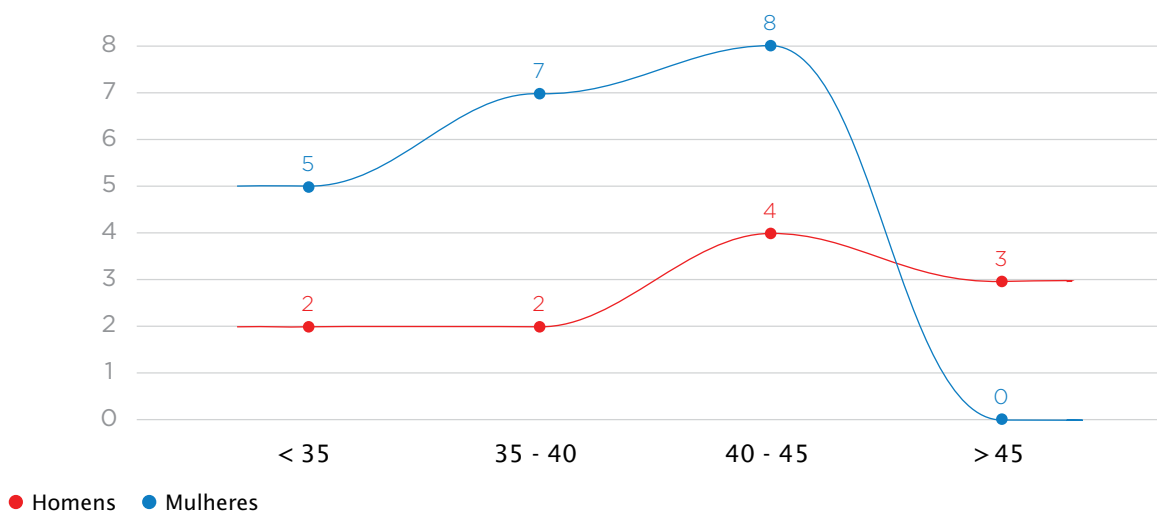
Em 2016, os rendimentos obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 70 milhares de euros (2015: 46 milhares de euros).

Custos e Gastos por Natureza a Imputar

Em 2016 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 4,8 milhões de euros (2015: 2,9 milhões de euros), assumindo-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como segue:

	Milhões de euros	
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2016	2015
Gastos com o pessoal	0,6	0,3
Fornecimentos e serviços externos	3,7	2,2
Impostos e taxas	0,0	0,0
Depreciações e amortizações do exercício	0,5	0,3
Comissões	0,0	0,0
Total	4,8	2,9

Estrutura de colaboradores



Recursos Humanos e Formação

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, que partilha estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, conta com 31 colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 39 anos, sendo 65% mulheres e 35% homens.

A estratégia de negócio definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Dado seguimento às políticas definidas no início da atividade, a Companhia privilegiou o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e geriu a sua política de admissão de novos colaboradores em função das necessidades de otimização do nível de serviço prestado aos clientes e rede de distribuição.

O investimento no desenvolvimento dos colaboradores materializou-se, em 2016, com cerca de 1400 horas de formação, abrangendo a totalidade dos colaboradores, diversos domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas. O número médio de horas de formação por colaborador foi de 45 horas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos colaboradores.

Confirmando a adequacidade das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, em novembro de 2016, a Aegon Santander Portugal foi distinguida, pela revista *Exame*, como uma das 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal. Este prémio foi obtido entre as muitas empresas avaliadas, mais de 40 000 colaboradores, pertencentes aos mais diversos sectores de atividade económica.

Atividade Comercial

No ano de 2014, foi transferida para a Aegon Santander Portugal Não Vida a carteira de Seguros Não Vida (acidentes pessoais) subscrita até 31 de dezembro de 2014 pela Santander Totta Seguros, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

O produto de Acidentes Pessoais acima mencionado foi vendido através de uma campanha de *telemarketing*, tendo, em março de 2015, a Companhia lançado o seu primeiro produto deste ramo desenhado *in house*, denominado Proteção Acidentes.

Adicionalmente e ainda em 2014, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada Carteira Liberty). Esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias. O risco cedido pela Liberty é o seu risco retido após aplicação dos tratados de resseguro que têm para proteger essa carteira (Proporcional *surplus* e não proporcional em excedente de riscos para as coberturas catastróficas).

Nesta base, os contratos comercializados pela Companhia em seguro direto estão assentes em produtos de Acidentes Pessoais e através dos acordos de co-seguro e resseguro aceite, produtos de Multiriscos Habitação, os quais permitiram à Companhia no seu segundo ano de atividade obter prémios emitidos de 27,1 milhões de euros (2015: 10,4 milhões de euros).

Considerando as atividade de seguro direto e resseguro aceite, a Companhia encerra 2016 com um total de apólices em vigor de 297 916 (2015: 255 797 apólices), representando um crescimento de 16,5%.

Os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite situaram-se nos 6,2 milhões de euros representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 22,8% (2015: 23,5%), sendo o produto de Multiriscos habitação o principal responsável a este nível.

Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2016 o Capital próprio da Companhia totalizava 13,9 milhões de euros (2015: 12,2 milhões de euros), registando-se uma variação positiva de 1,7 milhões de euros face a 2015, como consequência do resultado obtido no exercício e da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (líquida de impostos).

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. No decorrer do ano de 2016 a Companhia desenvolveu o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2016. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2016 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2017.

PERSPETIVAS PARA 2017



No ano de 2016 a Companhia cumpriu o seu segundo exercício de atividade operacional implementando-se no mercado segurador nacional com uma marca forte, foco nos clientes, com uma oferta de produtos inovadora, adaptada às suas necessidades de proteção e reconhecida pela sua qualidade de serviço, fatores que estão na origem do seu crescimento significativo face a 2015.

Os objetivos para 2017 focam-se em dar continuidade à estratégia definida, continuando a apostar nas sinergias impostas pelo modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.

O ano de 2017 será igualmente um ano marcado pela consolidação, rentabilização dos investimentos agora efetuados e desenvolvimento das melhores práticas, dar continuidade ao cumprimento integral aos requisitos impostos pela legislação europeia e em particular ao regime de Solvência II, bem como continuação do desenvolvimento e implementação da nova plataforma tecnológica que passará a ser o suporte de toda a atividade.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2016, é de 1 696 105 euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva legal no montante de 169 610 euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 147/2015.

No que diz respeito ao remanescente, no valor de 1 526 495 euros, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para Resultados transitados.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- ▷ Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- ▷ À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- ▷ Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- ▷ Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- ▷ Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- ▷ Aos nossos resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- ▷ Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- ▷ E aos colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 10 de março de 2017

O Conselho de Administração



02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E ANEXO



Euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 1.ª PARTE	Notas	2016		Total	2015
		Técnica Não Vida	Não Técnica		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	26 632 570	-	26 632 570	9 987 077
Prémios brutos emitidos		27 057 700	-	27 057 700	10 402 830
Prémios de resseguro cedido		(336 279)	-	(336 279)	(300 840)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(87 588)	-	(87 588)	(111 926)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(1 262)	-	(1 262)	(2 988)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(6 146 397)	-	(6 146 397)	(2 445 154)
Montantes pagos		(5 300 990)	-	(5 300 990)	(1 215 504)
Montantes brutos		(5 307 596)	-	(5 307 596)	(1 215 993)
Parte dos resseguradores		6 606	-	6 606	489
Provisão para sinistros (variação)		(845 408)	-	(845 408)	(1 229 650)
Montante bruto		(857 903)	-	(857 903)	(1 229 952)
Parte dos resseguradores		12 495	-	12 495	302
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	7	(553 476)	-	(553 476)	(196 928)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(17 764 043)	-	(17 764 043)	(7 641 746)
Custos de aquisição		(14 466 470)	-	(14 466 470)	(5 685 604)
Custos de aquisição diferidos (variação)		14 674	-	14 674	30 943
Gastos administrativos		(3 430 769)	-	(3 430 769)	(2 088 369)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		118 522	-	118 522	101 284
Rendimentos	9	188 130	-	188 130	148 224
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		188 130	-	188 130	148 224
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros	10	(145 577)	-	(145 577)	(119 306)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(126 707)	-	(126 707)	(102 347)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(18 870)	-	(18 870)	(16 958)

Euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 2.ª PARTE	Notas	2016			2015
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13	8 486	-	8 486	(103)
De ativos disponíveis para venda		8 486	-	8 486	(103)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	14	-	(2 113)	(2 113)	(5 344)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(2 113)	(2 113)	(5 344)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(101)	-	(101)	11 869
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos		-	4	4	-
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		2 219 593	(2 109)	2 217 484	(261 411)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	20	-	-	(467 850)	(604)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	20	-	-	(53 529)	54 865
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	1 696 105	(207 151)

Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 ATIVO - 1.ª PARTE	Notas	2016		Valor Líquido	2015
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	306 883	-	306 883	289 448
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	16	9 817 808	-	9 817 808	5 667 207
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		9 817 808	-	9 817 808	5 667 207
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-

Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 ATIVO - 2.ª PARTE	Notas	2016		Valor Líquido	2015
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis		-	-	-	-
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	17	7 928 412	862 918	7 065 494	6 221 350
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	52 535	-	52 535	24 418
Provisão para prémios não adquiridos		11 100	-	11 100	12 362
Provisão para sinistros		12 798	-	12 798	302
Provisão para participação nos resultados		28 637	-	28 637	11 754
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19	1 393 295	7 308	1 385 987	2 359 997
Contas a receber por operações de seguro direto		127 913	7 308	120 605	88 739
Contas a receber por operações de resseguro		1 265 328	-	1 265 328	2 213 064
Contas a receber por outras operações		53	-	53	58 194
Ativos por impostos e taxas	20	1 446	-	1 446	67 192
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		1 446	-	1 446	67 192
Acréscimos e diferimentos	21	26 847	-	26 847	33 596
Outros elementos do ativo	-	-	-	-	2 051
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		19 527 325	870 226	18 657 099	14 663 309

Euros

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO - 1.ª PARTE**

Notas 2016 2015

PASSIVO

	Notas	2016	2015
Provisões técnicas	18	3 038 322	1 554 028
Provisão para prémios não adquiridos		200 062	127 148
Provisão para sinistros		2 087 855	1 229 952
De acidentes de trabalho		-	-
De outros ramos		2 087 855	1 229 952
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		750 405	196 928
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão para envelhecimento		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22	688 077	637 641
Contas a pagar por operações de seguro direto		163 053	239 561
Contas a pagar por operações de resseguro		54 956	152 952
Contas a pagar por outras operações		470 069	245 128
Passivos por impostos e taxas	20	470 776	55 624
Passivos por impostos (e taxas) correntes		470 776	55 624
Passivos por impostos diferidos		-	-
Acréscimos e diferimentos	21	571 350	265 628
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		4 768 526	2 512 921

Euros

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO - 2.ª PARTE**

	Notas	2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	23	7 500 000	7 500 000
Dividendo antecipado		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	23	(491)	(54 789)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		(491)	(54 789)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	23	110	12 328
Outras reservas	23	4 900 000	4 900 000
Reserva legal		-	-
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		4 900 000	4 900 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		(207 151)	-
Resultado do exercício		1 696 105	(207 151)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		13 888 574	12 150 388
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		18 657 099	14 663 309

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total Capital Próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2015	7 500 000	(54 789)	12 328 4 900 000			- (207 151)	12 150 388
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(207 151)	207 151	-
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	54 298	-	-	-	-	54 298
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(12 217)	-	-	-	(12 217)
Total da variação do Capital próprio	-	54 298	(12 217)	-	(207 151)	207 151	42 081
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	1 696 105	1 696 105
Capital próprio em 31 de dezembro 2016	7 500 000	(491)	110 4 900 000		(207 151)	1 696 105	13 888 574

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total Capital Próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2014	7 500 000	-	-	4 900 000	-	-	12 400 000
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(54 789)	-	-	-	-	(54 789)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	12 328	-	-	-	12 328
Total da variação do Capital próprio	-	(54 789)	12 328	-	-	-	(42 462)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(207 151)	(207 151)
Capital próprio em 31 de dezembro 2015	7 500 000	(54 789)	12 328	4 900 000	-	(207 151)	12 150 388

Euros

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	2016	2015
Resultado líquido do exercício	1 696 105	(207 151)
Outro rendimento integral do exercício		
Ativos que reclassificam por resultados		
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	54 298	(54 789)
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	(12 217)	12 328
Rendimento integral total do exercício	1 738 186	(249 612)

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Operações de seguro		
Prémios de seguro direto	4 398 857	1 792 554
Custos com sinistros de seguro direto	(92 739)	(1 799)
Comissões por intermediação de seguros	(1 579 429)	(288 932)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(318 639)	(57 262)
(Pagamentos)/recebimentos resseguro aceite	5 911 574	404 911
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(2 372 452)	(1 532 194)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(492 868)	(175 603)
Outros fluxos de caixas operacionais	(39 350)	(231 056)
Total	5 414 954	(89 381)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos financeiros		
(Aquisição) / Alienação e reembolso de títulos	(4 188 969)	(5 818 421)
Rendimentos de títulos	162 576	146 220
Outros fluxos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(1 371 127)	(1 479 785)
Transferência da carteira de seguros não vida	-	(2 721)
Total	(5 397 520)	(7 154 707)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	-	-
Total	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	17 435	(7 244 088)
Caixa e equivalentes e depósitos no início do período	289 448	7 533 536
Caixa e equivalentes e depósitos no final do período	306 883	289 448

Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo Não Vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros Não Vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais e multiriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 23, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se inserem (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12 400 000 euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7 500 000 euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 euro cada, e o prémio de emissão no montante de 4 900 000 euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo Não Vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500 000 euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4 400 000 euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada “Carteira Liberty”) – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em 27 de fevereiro de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. notificou para efeitos de aquisição da Carteira Liberty, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados manter-se-ão em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorre a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas apartir de 1 de abril de 2017, as quais serão comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o segundo exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas e interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2016

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016:

▷ IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa *holding* intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou

▷ IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

▷ IFRS 15 (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou

Normas

▷ IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IAS 40 (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (*cash-settled*) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (*cash-settled*) para liquidado com capital próprio (*equity-settled*). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (*equity-settled*), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IFRS 16 (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

▷ Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. A Companhia está a avaliar o impacto destas melhorias.

Interpretações

▷ IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta interpretação.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros Não Vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- ▷ Equipamento administrativo 12,50%
- ▷ Máquinas e ferramentas 20,00%
- ▷ Equipamento informático 33,33%
- ▷ Material de transporte 25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição da carteira de seguros Não Vida transferida da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., e ainda o custo de aquisição do direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

1) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

Empreendimentos conjuntos

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis.

Atualmente a Companhia apenas detém uma participação de 100 euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela *Bloomberg*. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo, e
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade utilizado pela Companhia teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto”.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período. O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade.

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

I) Contratos de seguro e contratos de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, ou seja, aceita um risco de seguro significativo de outra parte, mediante a aceitação de um valor (prémio), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

O PCES define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como rendimentos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF, calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro rata temporis* a partir dos prémios comerciais deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Dado que os anos de 2015 e 2016 foram os primeiros exercícios de atividade operacional e para poder operar no ramo segurador, a Companhia dotou-se de uma estrutura de recursos e infraestrutura tecnológica potenciada para desenvolver a sua atividade para os próximos anos e em diversas linhas de negócio, sendo certo que a inclusão da totalidade dos custos incorridos no cálculo desta provisão iria provocar um aumento no valor da Provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Nesta base, e com a concordância da ASF, em 2015 e 2016, a Companhia optou por não considerar os custos de tecnologia, amortização de ativos intangíveis e, adicionalmente em 2015 os custos de carácter extraordinário de adaptação ao regime de Solvência II para efeitos de cálculo da Provisão para riscos em curso.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização. A provisão para sinistros IBNR é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros IBNR, foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas nas características específicas dos ramos e produtos comercializados pela Companhia.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada. A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face a gestão de sinistros.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro não vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionada com o Resseguro cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós emprego

Em 8 de julho de 2016, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 29 de janeiro de 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 4, de 29 de janeiro de 2016. De acordo com o n.º 1 da cláusula 50.^a do CCT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo V do novo CCT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Tratando-se de um plano de contribuição definida, os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados são determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 42.^a do CCT, a Companhia atribuirá aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais é feita tendo por base a sua substância e não a forma legal, cumprindo-se os critérios definidos na IAS 17 – Locações. A Companhia classifica como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística de Provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

A principal provisão técnica nos ramos não vida é a provisão para sinistros. Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e tempestividade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

A Companhia opera nos ramos Não Vida e explora os ramos de Acidentes e doença e Incêndio e outros danos. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2016 e 2015:

Euros					
2016					
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	4 118 292	4 030 703	(520 155)	(3 670 596)	(199 918)
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	22 939 408	22 939 408	(5 645 344)	(14 211 969)	-
Total	27 057 700	26 970 112	(6 165 499)	(17 882 565)	(199 918)

2016					
	Resultado dos investimentos	Outros proveitos / (custos)	Resultado da conta técnica	Ativos afectos à representação das provisões técnicas	Provisões técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	7 768	(101)	(352 298)	908 718	601 722
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	43 271	(553 476)	2 571 890	3 679 743	2 436 600
Total	51 040	(553 577)	2 219 593	4 588 462	3 038 322

Euros

	2015				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	1 752 333	1 640 407	(94 591)	(1 729 488)	(201 752)
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	8 650 497	8 650 497	(2 351 355)	(6 013 542)	-
Total	10 402 830	10 290 904	(2 445 945)	(7 743 030)	(201 752)

	2015				
	Resultado dos investimentos	Outros proveitos / (custos)	Resultado da conta técnica	Ativos afectos à representação das provisões técnicas	Provisões técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	28 815	11 869	(344 739)	257 715	171 942
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	-	(196 928)	88 672	2 071 546	1 382 087
Total	28 815	(185 059)	(256 067)	2 329 261	1 554 028

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

Euros

	2016	2015
Prémios brutos emitidos	27 057 700	10 402 830
Prémios de resseguro cedido	(336 279)	(300 840)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(87 588)	(111 926)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1 262)	(2 988)
Total	26 632 570	9 987 077

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2016 e 2015:

Euros

	2016			2015		
	Prémios brutos emitidos	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	4 118 292	(87 588)	4 030 703	1 752 333	(111 926)	1 640 407
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	22 939 408	-	22 939 408	8 650 497	-	8 650 497
Total	27 057 700	(87 588)	26 970 112	10 402 830	(111 926)	10 290 904

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2016 e 2015:

Euros

	2016			2015		
	Prémios brutos emitidos	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	336 279	1 262	337 541	300 840	2 988	303 828
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	-	-	-	-	-	-
Total	336 279	1 262	337 541	300 840	2 988	303 828

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido. Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

Euros						
	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos						
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	92 687	(6 606)	86 081	1 631	(489)	1 142
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	4 484 953	-	4 484 953	913 734	-	913 734
Custos de gestão imputados (Nota 11)	729 956	-	729 956	300 628	-	300 628
Variação da provisão para sinistros						
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	356 866	(12 495)	344 371	44 794	(302)	44 491
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	501 037	-	501 037	1 185 158	-	1 185 158
Total	6 165 499	(19 102)	6 146 397	2 445 945	(792)	2 445 154

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2016	2015	Notas
Rácio de sinistralidade	22.8%	23.5%	Custos com sinistros de seguro directo e resseguro aceite / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	66.1%	74.4%	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	88.9%	97.9%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0.2%	0.3%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	88.7%	97.6%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Outras provisões técnicas, líquida de resseguro

A rubrica de Outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para desvios de sinistralidade. Ver Nota 18.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Custos de aquisição	13 836 518	5 180 201
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	629 952	505 403
Custos de aquisição diferidos	(14 674)	(30 943)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	3 430 769	2 088 369
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(118 522)	(101 284)
Total	17 764 043	7 641 746

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos (ver Nota 11).

Os custos de aquisição incluem o montante de 1,5 milhões de euros (2015: 509 milhares de euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 11,6 milhões de euros (2015: 4,4 milhões de euros) relativos comissões de resseguro aceite, atribuíveis à Liberty Seguros, S.A., no âmbito dos tratados assinados para o ramo Incêndio e outros danos.

A rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro é exclusivamente respeitante ao ramo de Acidentes Pessoais e inclui o montante de 29 milhares de euros (2015: 12 milhares de euros) relativo a participação nos resultados. Ver Nota 18.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2016	2015
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	188 130	148 224
Total	188 130	148 224

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	126 707	102 347
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	18 870	16 958
Total	145 577	119 306

11. Custos por natureza imputados

Em 2016 e 2015, os gastos por natureza são imputados por função e por ramo como se segue:

	2016			2015		
	Acidentes pessoais	Incêndio e outros danos	Total	Acidentes pessoais	Incêndio e outros danos	Total
Gastos por função e por ramo						
Custos com sinistros (Nota 6)	70 602	659 354	729 956	48 166	252 462	300 628
Custos de aquisição (Nota 8)	147 951	482 002	629 952	152 276	353 127	505 403
Custos administrativos (Nota 8)	1 341 839	2 088 930	3 430 769	833 052	1 255 317	2 088 369
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	2 794	16 076	18 870	2 857	14 102	16 958
Total	1 563 186	3 246 361	4 809 547	1 036 351	1 875 008	2 911 359

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	Euros	
	2016	2015
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	581 354	331 037
Fornecimentos e serviços externos	3 665 726	2 226 707
Impostos e taxas	10 135	4 332
Depreciações e amortizações do exercício	526 982	335 936
Comissões	25 350	13 347
Total	4 809 547	2 911 359

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2016	2015
Remunerações		
Dos órgãos sociais	71 045	47 293
Do pessoal	399 749	206 393
Encargos sobre remunerações	80 367	42 331
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	3 910	3 983
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	2 026	2 479
Seguros	13 130	4 319
Outros gastos com pessoal	11 128	24 239
Total	581 354	331 037

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	Euros	
	2016	2015
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	6 000	6 000
Vogal	4 000	4 000
Vogal	4 000	4 000
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	32 837	18 769
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	24 208	14 525
Total	71 045	47 293

(*) Inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos

(**) Apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. tem 31 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir apresentado:

	Euros	
	2016	2015
Diretor	5	5
Coordenador operacional	2	2
Operacional	15	10
Técnico	9	7
Total	31	24

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Material de escritório	11 251	11 603
Rendas e alugueres	34 375	16 473
Comunicação	12 524	8 294
Deslocações e estadas	17 847	2 945
Gastos com trabalho independente	28 239	117 116
Trabalhos especializados	1 698 796	1 354 837
Custos de gestão de resseguro	1 849 579	713 691
Outros fornecimentos e serviços	13 116	1 749
Total	3 665 726	2 226 707

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 25 milhares de euros (2015: 11 milhares de euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia e ainda serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial exigidos ao Revisor Oficial de Contas (no montante de 19 milhares de euros, dos quais 14 milhares de euros foram faturados em 2016) e ainda o serviço de certificação da informação de abertura respeitante ao primeiro ano de aplicação da Diretiva de Solvência II (6 milhares de euros, valor totalmente faturado em 2016), trabalho exigido ao Revisor Oficial de Contas.

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 827 milhares de euros, relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2015: 573 milhares de euros). Adicionalmente em 2015, esta rubrica inclui o montante de 347 milhares de euros de serviços relacionados com a adaptação da Companhia ao regime de Solvência II.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 597 milhares de euros (2015: 649 milhares de euros), (ver Nota 24), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

A rubrica de custos de gestão de apólices corresponde a gastos administrativos incorridos na gestão do tratado de resseguro do ramo Incêndio e outros danos, assegurada pela Liberty Seguros, S.A.

As depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 527 milhares de euros (2015: 336 milhares de euros) e referem-se exclusivamente a Ativos intangíveis. Ver Nota 17.

12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2016 ascendeu a 4 milhares de euros (2015: 4 milhares de euros).

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do CCT, a cláusula 42.^a contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2016 ascendeu a 2 milhares de euros (2015: 2 milhares de euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como se segue:

	Euros					
	Ganhos	Perdas	2016	Ganhos	Perdas	2015
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas valor por via de ganhos e perdas						
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	8 486	-	8 486	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	233	(336)	(103)
Total	8 486	-	8 486	233	(336)	(103)

14. Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

A rubrica de Perdas de imparidade (líquidas de reversão) corresponde maioritariamente ao ajustamento para recibos de prémios de seguros em cobrança. Ver Nota 19.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	306 883	289 448
Total	306 883	289 448

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	Euros					
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	3 921 344	47 307	(92 519)	3 876 133	56 251	3 932 384
De outros emissores	5 783 477	59 175	(14 455)	5 828 197	57 227	5 885 424
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9 704 821	106 483	(106 974)	9 704 330	113 478	9 817 808

	Euros					
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	2 695 085	26 355	(31 638)	2 689 802	27 740	2 717 542
De outros emissores	2 963 863	-	(49 507)	2 914 357	35 308	2 949 665
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5 658 948	26 355	(81 144)	5 604 159	63 048	5 667 207

17. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis					
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 283 000	-	-	(274 320)	4 008 680
Transferencia da carteira Não Vida	373 445	-	-	(115 580)	257 865
Despesas com aplicações informáticas	534 425	126 173	20 480	(137 082)	543 997
Software em curso de desenvolvimento	1 030 480	1 244 953	(20 480)	-	2 254 953
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6 221 350	1 371 127	-	(526 982)	7 065 494

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis					
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 400 000	-	-	(117 000)	4 283 000
Transferencia da carteira Não Vida	500 000	-	-	(126 555)	373 445
Despesas com aplicações informáticas	56 580	570 226	-	(92 381)	534 425
Software em curso de desenvolvimento	-	1 030 480	-	-	1 030 480
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4 956 580	1 600 705	-	(335 936)	6 221 350

O saldo da rubrica Direito de aquisição da Carteira Liberty corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty (ver Nota 1).

O saldo da rubrica Transferência da carteira não vida corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros não vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão ao valor recuperável deste ativo, concluindo pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

O teste de imparidade foi efetuado com base na expectativa atual dos fluxos de caixa futuros associados às apólices transferidas, considerando pressupostos consistentes com a evolução do portfolio e as condições de mercado atuais.

O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

	Euros					
	2017	2018	2019	2020	2021	Após
Direito de aquisição da Carteira Liberty - Amortização estimada	263 000	253 000	243 000	233 000	223 000	2 794 000
Transferência da carteira Não Vida - Amortização estimada	81 000	56 000	40 000	28 000	20 000	33 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

A rubrica de *Software* em curso de desenvolvimento diz respeito ao investimento acumulado efetuado no desenvolvimento de uma nova plataforma informática que visa uma melhoria significativa nos processos de contratação de produtos, e na forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia.

Esta nova plataforma entrará em funcionamento de forma faseada, prevendo-se a entrada em funcionamento dos primeiros módulos no 2.º trimestre de 2017.

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos. Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

18. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Euros					
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	2016	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	2015
Provisão para prémios não adquiridos	200 062	(11 100)	188 963	127 148	(12 362)	114 786
Provisão para sinistros	2 087 855	(12 798)	2 075 057	1 229 952	(302)	1 229 650
Provisão para desvios de sinistralidade	750 405	-	750 405	196 928	-	196 928
Provisão para participação nos resultados	-	(28 637)	(28 637)	-	(11 754)	(11 754)
Total	3 038 322	(52 535)	2 985 787	1 554 028	(24 418)	1 529 610

Em 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido desagregam-se como segue:

	Euros				
	Provisão para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para participação nos resultados	Provisões técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	200 062	401 660	-	-	601 722
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	-	1 686 196	750 405	-	2 436 600
Saldo em 31 de dezembro de 2016	200 062	2 087 855	750 405	-	3 038 322

	Euros				
	Provisão para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para participação nos resultados	Provisões técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	127 148	44 794	-	-	171 942
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	-	1 185 158	196 928	-	1 382 087
Saldo em 31 de dezembro de 2015	127 148	1 229 952	196 928	-	1 554 028

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem integralmente ao ramo de acidentes pessoais.

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos, em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como segue:

	Euros					
	Provisão para prémios não zilverizada	Custos de aquisição diferidos	2016	Provisão para prémios não zilverizada	Custos de aquisição diferidos	2015
Seguro direto e resseguro aceite	245 680	(45 617)	200 062	158 091	(30 943)	127 148
Provisão para prémios não adquiridos	245 680	(45 617)	200 062	158 091	(30 943)	127 148

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 274 milhares de euros (2015: 223 milhares de euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

19. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode decompor-se como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto	127 913	93 933
Contas a receber por operações de resseguro	1 265 328	2 213 064
Contas a receber por outras operações	53	58 194
	1 393 295	2 365 191
Ajustamento para recibos de prémios de seguro por cobrar	(7 308)	(5 194)
Total	1 385 987	2 359 997

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 127 milhares de euros.

A rubrica de Contas a receber por operações de resseguro corresponde a valores a receber por parte da Liberty Seguros, S.A. no âmbito dos acordos celebrados com esta Companhia referidos na Nota 1. O valor desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 foi integralmente liquidado pela Liberty Seguros, S.A. em janeiro de 2017.

20. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2016 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, no entanto, é convicção do Conselho de Administração não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são analisados como se segue:

	Euros					
	Ativos	Passivos	2016	Ativos	Passivos	2015
Impostos correntes						
IRC a pagar	-	397 850	(397 850)	-	604	(604)
Retenção de imposto na fonte	-	123	(123)	-	422	(422)
IVA a pagar	-	23 162	(23 162)	-	19 565	(19 565)
Selo	-	30 284	(30 284)	-	22 734	(22 734)
INEM	-	13 811	(13 811)	-	9 415	(9 415)
Taxa para a ASF	-	5 547	(5 547)	-	2 885	(2 885)
Total	-	470 776	(470 776)	-	55 624	(55 624)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2016 e 2015, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

	Euros			
	2015	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2016
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais	54 865	-	(54 865)	-
Reserva de justo valor	12 328	(12 217)	-	110
Diferenças temporárias	-	-	1 336	1 336
Total	67 192	(12 217)	(53 529)	1 446

	Euros			
	2014	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2015
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais	-	-	54 865	54 865
Reserva de justo valor	-	12 328	-	12 328
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Total	-	12 328	54 865	67 192

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Resultado antes de impostos	2 217 484	(261 411)
Gasto de imposto nominal (23,47%)	(520 458)	(54 896)
Gasto de imposto efetivo	(521 379)	(54 261)
Taxa efetiva de imposto	23.5%	20.8%
Diferença	(921)	636
Tributação autónoma	-	(604)
Custos não aceites fiscalmente	1 659	(32)
Benefícios fiscais	(966)	-
Outros	228	-
Diferença	921	(636)

21. Acréscimos e diferimentos

A rubrica Acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Ativo		
Gastos diferidos	26 847	33 596
Total acréscimos e diferimentos ativos	26 847	33 596
Passivo		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(173 625)	(82 879)
Outros acréscimos de gastos	(397 725)	(182 749)
Total acréscimos e diferimentos passivos	(571 350)	(265 628)
Total	(544 503)	(232 031)

A rubrica de Remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui os montantes de 47 milhares de euros (2015: 30 milhares de euros) relativo a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício, bem como 103 milhares euros (2015: 46 milhares de euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 134 milhares de euros (2015: 76 milhares de euros), bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 153 milhares de euros (2015: 83 milhares de euros) incorridos e ainda não liquidados.

22. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto	163 053	239 561
Contas a pagar por operações de resseguro	54 956	152 952
Contas a pagar por outras operações	470 069	245 128
Total	688 077	637 641

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 156 milhares de euros (2015: 234 milhares de euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de Contas a pagar por outras operações inclui o montante de 470 milhares de euros a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2017.

23. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7 500 000 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	Euros	
	2016	2015
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	1 696 105	(207 151)
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
	0,23	(0,03)

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Ativos disponíveis para venda		
Varição de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	(45 212)	(5 283)
De outros emissores	44 721	(49 507)
Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	(491)	(54 789)

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 20.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica de outras reservas ascende a 4 900 000 euros e corresponde ao prémio de emissão (Nota 1). Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4 400 000 euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500 000 euros.

24. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

Euros

	2016			2015		
	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(1 505 258)	-	(151 483)	(508 847)	-	(234 484)
Depósitos à ordem	-	306 882	-	-	289 448	-
Renda	(34 375)	-	(33 000)	(16 473)	-	-
Outros	(25 350)	-	-	(13 347)	-	-
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.						
Comissões de mediação	(22 715)	-	(5 226)	(28 543)	-	(4 312)
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.L.						
Suporte tecnológico	(83 697)	-	-	(83 697)	-	(6 975)
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	209 953	-	-	225 822	25 154
Produban Servicios Informáticos Generales S.L.						
Serviços informáticos	(324 731)	-	-	(340 211)	-	-
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(596 973)	-	-	(649 340)	-	(57 818)
Suporte tecnológico	(263 000)	-	-	(27 354)	-	(2 280)
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	1 035 000	-	-	1 010 000	(177 500)
Aegon Santander Portugal Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	(469 969)	-	-	-
Total	(2 856 099)	1 551 835	(659 677)	(1 667 812)	1 525 270	(458 214)

25. Gestão de Riscos da Atividade

O modelo das três linhas de defesa implementado na Aegon Santander Portugal Não Vida com o objetivo de implementar uma adequada, eficiente e eficaz gestão dos riscos, promovendo o envolvimento de todas as áreas e estrutura da Companhia na concretização deste objetivo.

A primeira linha de defesa integra as áreas de negócio e operacionais, pois são diretamente responsáveis pelos processos dos quais dependem a concretização dos objetivos da Companhia. Em primeira instância, são responsáveis pela identificação do risco e pela implementação de controlos para mitigar todos os riscos materiais na sua área de atividade que excedam o apetite ao risco definido.

A segunda linha de defesa diz respeito a áreas específicas de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que têm como principais funções facilitar o desenvolvimento de uma *framework* de gestão de risco e monitorizar se os processos estão a ser devidamente operacionalizados pela primeira linha de defesa.

A terceira linha de defesa é assegurada pela função de auditoria interna, que tem como objetivo avaliar a efetividade do modelo de governo, da *framework* de gestão de risco e dos controlos implementados, sendo independente das primeiras linhas de defesa.

Neste contexto, importa referir as principais responsabilidades atribuídas às funções de gestão de risco, atuarial, *compliance* e auditoria interna:

Gestão de risco:

- ▷ Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequadamente fundamentada;
- ▷ Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco (investimentos, subscrição, resseguro, provisionamento, desenvolvimento de produtos e *pricing*, entre outras);
- ▷ Coordenar e validar os requisitos referentes ao pilar 1 da Diretiva de Solvência II, em particular a determinação de requisitos de capital, fundos próprios elegíveis e respetivo rácio de solvência;
- ▷ Validar a produção do reporte quantitativo referente ao regime de Solvência II (*templates* de reporte quantitativo – QRT) e envio ao Supervisor;
- ▷ Produzir relatórios qualitativos no âmbito de Solvência II, designadamente o relatório anual sobre a situação financeira e de solvência – SFCR e reporte regular para o Supervisor – RSR;
- ▷ Acompanhar o trabalho a efetuar pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável no âmbito da certificação do reporte anual de Solvência II;
- ▷ Elaborar o exercício ORSA, submetendo os resultados à aprovação do Conselho de Administração. Redigir o respetivo relatório e enviar ao Supervisor;
- ▷ Promover a definição do apetite ao risco, tolerância e limites de consumo de capital e monitorizar o seu cumprimento;
- ▷ Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- ▷ Documentar os processos e procedimentos de controlo da Companhia;
- ▷ Analisar os resultados do processo de reporte trimestral de controlo interno, procedendo à emissão de recomendações e monitorizando a sua implementação;
- ▷ Definir e monitorizar indicadores de risco e indicadores de controlo;
- ▷ Colaborar na definição do plano anual de Auditoria Interna e acompanhar os trabalhos facilitando a operacionalização das auditorias junto das outras Direções e monitorizando a implementação de recomendações resultantes do trabalho efetuado;
- ▷ Implementação e monitorização do Plano de Continuidade de Negócio.

Função atuarial:

- ▷ Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- ▷ Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- ▷ Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- ▷ Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- ▷ Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- ▷ Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Compliance:

- ▷ Assessoria do Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- ▷ Avaliação do potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- ▷ Identificação e avaliação do risco de cumprimento;
- ▷ Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- ▷ Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- ▷ Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Auditoria interna:

- ▷ Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- ▷ Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- ▷ Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- ▷ Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Não Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

A. Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. A gestão desta categoria de risco é efetuada através da combinação das políticas de subscrição, tarifação, provisionamento e de resseguro com o documento Estratégia e Tolerância ao Risco onde se estabelecem os limites de consumo de capital referente aos diversos riscos.

A Política de Subscrição permite assegurar que a Companhia mantém um perfil de risco de subscrição consistente com o perfil de risco definido pelos seus órgãos de gestão, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cashflows* enquanto a rentabilidade de cada produto ou de grupos de produtos é monitorizada anualmente. Existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente considerada.

Por sua vez, a Política de Provisões Técnicas, que tem por objetivo a constituição de provisões adequadas e suficientes que lhe permitam cumprir todas as responsabilidades futuras, inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de reservas relacionadas com o risco específico de seguros.

Assim, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cashflows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Por último, sendo o principal objetivo do resseguro mitigar e limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro, a Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos.

Neste sentido, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores utilizados são os apropriados e para evitar uma excessiva concentração por ressegurador.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro é resumida como se segue:

Euros			
Nome do tratado	Tipo de tratado	Retenção	Capacidade
Acidentes <i>telemarketing</i>	Proporcional <i>quota-share</i>	30%	-
Acidentes 2015	Proporcional <i>surplus</i>	80 000 €	2 000 000 €
Acidentes CAT	Não proporcional <i>excess of loss</i>	135 000 €	5 000 000 €

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro e aos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro:

Euros		
Cenário	2016	2015
Aumento de 3% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(184 392)	(73 355)
Aumento de 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(307 320)	(122 258)
Aumento de 3% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(532 921)	(229 252)
Aumento de 5% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(888 202)	(382 087)

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente no valor do resultado antes de impostos, assumindo um efeito linear no seu valor, não considerando qualquer impacto ao nível dos proveitos que poderão também estar associados a estas variações dos custos.

B. Risco de mercado

O risco que decorre das variações adversas no valor dos ativos relacionados com alterações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro é representado pelo risco de mercado.

O conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de spread, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

Estes riscos são geridos de acordo com a Política de Investimentos da Companhia aprovada em documento próprio. Esta política destaca-se pelo seu elevado grau de prudência, nomeadamente pelos seus baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Refira-se que, em linha com a atual Política de Investimentos, a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

Adicionalmente, o Comité de Risco implementado na Companhia tem como responsabilidades a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco. Além disso, é verificada a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitorizada a atividade relacionada com a sua gestão. Por último, os níveis dos riscos de mercado são controlados com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- ▷ Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- ▷ Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- ▷ Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras está ilustrada no quadro que se segue:

Euros					
2016	Valor de Mercado			Total Valor de Mercado	Valor de Balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 356 413	-	461 395	9 817 808	9 817 808
Total	9 356 413	-	461 395	9 817 808	9 817 808

Euros					
2015	Valor de Mercado			Total Valor de Mercado	Valor de Balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 003 497	-	663 710	5 667 207	5 667 207
Total	5 003 497	-	663 710	5 667 207	5 667 207

A reconciliação dos ativos financeiros disponíveis para venda classificados com o Nível 3 é como segue:

Euros					
	2015	Valias por reservas	Reembolsos	Juros decorrido	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	663 710	3 450	(205 560)	(205)	461 395

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Todos os ativos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado de capitais. Como referido anteriormente e de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A Companhia também não se encontra exposta a este tipo de risco, pois a sua Política de Investimentos não prevê investimento em imóveis ou fundos imobiliários.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

Da análise dos ativos da Companhia, constata-se que este risco encontra-se apenas nas obrigações que esta detém, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Enquanto, do lado dos passivos, este risco é inexistente.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2015 e 2016:

	2016		2015	
	Valor	Proporção	Valor	Proporção
Obrigações de taxa fixa	9 817 808	100%	5 667 207	100%
Obrigações de taxa variável	-	0%	-	0%
Total	9 817 808	100%	5 667 207	100%

O cenário que implica desvalorização de ativos é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

Euros							
2016	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 721 028	10 269 418	10 043 613	9 817 808	9 592 003	9 366 198	8 914 588
Impacto	903 220	451 610	225 805	-	(225 805)	(451 610)	(903 220)

Euros							
2015	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 134 839	5 901 023	5 784 115	5 667 207	5 550 299	5 433 391	5 199 575
Impacto	467 632	233 816	116 908	-	(116 908)	(233 816)	(467 632)

Risco de *spread*

Esta subcategoria de risco refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

O risco de concentração, que se refere à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor, surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas.

Uma vez que este risco é plenamente diversificável, a sua gestão está definida na Política de Investimentos, onde se estabelecem os limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes.

A composição da carteira de ativos financeiros por setores de atividade, à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresenta-se da seguinte forma:

Setor de Atividade	2016		2015	
	Valor de Balanço	Peso (%)	Valor de Balanço	Peso (%)
Governamental	3 932 384	40,05%	2 717 542	47,95%
Financeiro	1 794 388	18,28%	692 133	12,21%
<i>Asset backed securities</i>	1 484 539	15,12%	663 710	11,71%
Consumo, não cíclico	813 939	8,29%	542 610	9,57%
Energia	575 716	5,86%	533 829	9,42%
Consumo, cíclico	515 240	5,25%	517 383	9,13%
Comunicações	401 432	4,09%	-	0,00%
<i>Utilities</i>	300 171	3,06%	-	0,00%
Total	9 817 808	100,00%	5 667 207	100,00%

C. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

A Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos. Adicionalmente, a Companhia efetua uma monitorização detalhada das suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa ou mediante a realização de investimentos, ajustando regularmente as suas necessidades /excedentes de capital.

O seguinte quadro apresenta a análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Euros							
2016	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	306 883	306 883
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 003 221	2 531 216	4 283 371	-	9 817 808
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 385 987	-	-	-	-	-	1 385 987
Total	1 385 987	-	3 003 221	2 531 216	4 283 371	306 883	11 510 678
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	163 053	-	-	-	-	-	163 053
Contas a pagar por operações de resseguro	54 956	-	-	-	-	-	54 956
Contas a pagar por outras operações	470 069	-	-	-	-	-	470 069
Total	688 077	-	-	-	-	-	688 077

Euros

2015	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	289 448	289 448
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 102 127	1 076 439	1 488 641	-	5 667 207
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 359 997	-	-	-	-	-	2 359 997
Total	2 359 997	-	3 102 127	1 076 439	1 488 641	289 448	8 316 652
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	239 561	-	-	-	-	-	239 561
Contas a pagar por operações de resseguro	152 952	-	-	-	-	-	152 952
Contas a pagar por outras operações	245 128	-	-	-	-	-	245 128
Total	637 641	-	-	-	-	-	637 641

D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Da análise das exposições da Companhia verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, clientes e empresas de resseguro. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Adicionalmente, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings*, sendo monitorizada a sua evolução ao longo do ano.

O quadro que se segue apresenta a exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Euros								
2016	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	306 883	-	-	-	-	306 883
Ativos financeiros disponíveis para venda	907 138	2 240 744	4 527 491	1 037 111	1 105 324	-	-	9 817 808
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 265 328	-	-	-	120 659	1 385 987
	907 138	2 240 744	6 099 702	1 037 111	1 105 324	-	120 659	11 510 678

Euros								
2015	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	289 448	-	-	-	-	289 448
Ativos financeiros disponíveis para venda	885 040	542 610	1 209 515	1 806 142	1 223 899	-	-	5 667 206
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	2 213 064	-	-	-	146 933	2 359 997
	885 040	542 610	3 712 027	1 806 142	1 223 899	-	146 933	8 316 651

Nos quadros seguintes ilustra-se o *rating* atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

Ressegurador	Rating			
	A.M Best	S&P	Moody´s	Fitch
Chubb	A++	AA	-	-
GenRe	AA+	AA	Aa1	AA-
Mapfre	-	BBB+	-	BBB+
MunichRe	AA-	AA-	Aa3	AA-
Nacional	A-	A-	-	-
RGA	A-	A-	Baa1	BBB+
SCOR Life	A+	AA-	Aa3	A+

Ressegurador	Participação		
	Acidentes <i>telemarketing</i>	Acidentes 2015	Acidentes CAT
Chubb	100%	-	-
GenRe	-	-	60%
Mapfre	-	10%	-
MunichRe	-	35%	-
Nacional	-	15%	-
RGA	-	20%	40%
SCOR Life	-	20%	-
	100%	100%	100%

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre o último dia de 2016 e 2015.

Emitente	Euros			
	2016		2015	
	Valor de balanço	Peso (%)	Valor de balanço	Peso (%)
Portugal	1 105 324	28,11%	1 223 899	45,04%
Holanda	907 138	23,07%	885 040	32,57%
Irlanda	746 236	18,98%	-	0,00%
Bélgica	686 676	17,46%	-	0,00%
Polónia	487 009	12,38%	-	0,00%
Espanha	-	0,00%	608 603	22,40%
	3 932 384	100,00%	2 717 542	100,00%

E. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- ▷ Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- ▷ Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- ▷ Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- ▷ Clientes, produtos e práticas comerciais;
- ▷ Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- ▷ Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- ▷ Riscos relacionados com os processos de negócio.

Relativamente a estes riscos destacam-se as principais medidas de mitigação existentes na Companhia:

- ▷ Existência de Código de Conduta;
- ▷ Existência de manuais de procedimentos;
- ▷ Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- ▷ Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e os sistemas de informação;
- ▷ Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- ▷ Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- ▷ Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- ▷ Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

Com o objetivo de mitigar e controlar os riscos atrás mencionados foram definidos os responsáveis pelos processos, que têm como principal função assegurar que o sistema de controlo interno apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Com o objetivo de operacionalizar o sistema de controlo interno, a Aegon Santander Portugal Não Vida dispõe de uma ferramenta que permite que, trimestralmente, o responsável por cada processo, reporte a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetue a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente esta informação é analisada pela área de controlo interno, são produzidos relatórios e, caso se justifique são emitidas recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

A Companhia dispõe ainda de um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, para além de algumas mencionadas anteriormente, destacam-se as seguintes:

- ▷ Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- ▷ Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- ▷ Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita.

F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas em implementação que permitirão mitigar este risco:

- ▷ A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- ▷ Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- ▷ No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- ▷ Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- ▷ Nomeação de um provedor do cliente;
- ▷ Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- ▷ Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- ▷ Implementação de uma política de proteção de dados;
- ▷ Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais.

G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

26. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. No decorrer do ano de 2016 a Companhia desenvolveu o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2016. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2016 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2017.

27 . Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

Euros

Identificação dos títulos		Valor de balanço				
Categoria	Designação	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Unitário (Inclui juros decorridos)	Total
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,45% 15/06/2018 (8006)	500 000	111,5	557 400	108,8	544 006
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	500 000	128,6	643 025	112,3	561 318
Outros emissores						
	MTGE VOLTA ELECT 1,99% 12/02/2019 (8373)	459 653	100,0	459 653	100,4	461 395
Títulos estrangeiros						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100,0	100	100,0	100
Dívida pública						
	BELGICA 0,8% 22/06/2025 (8747)	660 000	106,1	700 399	104,0	686 676
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	800 000	109,3	874 450	113,4	907 138
	IRLANDA 3,4% 18/03/2024 (8746)	600 000	123,9	743 118	124,4	746 236
	POLONIA 3,75% 19/01/2023 (8745)	400 000	122,1	488 380	121,8	487 009
Outros emissores						
	BNP 1,125% 15/01/2023 (8779)	300 000	104,0	312 084	103,9	311 808
	CARGILL 2,50% 15/02/2023 (7924)	250 000	113,3	283 250	113,2	283 014
	AMERICA MOVIL 4,75% 28/06/2022 (6708)	325 000	123,6	401 590	123,5	401 432
	REPSOL 3,625% 07/10/2021 (8235)	500 000	115,3	576 600	115,1	575 716
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	100,1	300 171
	BPCE 4,90% 02/11/2019 (6910)	600 000	119,0	713 790	112,9	677 301
	BMW 1,5% 05/06/2018 (8376)	500 000	103,6	518 205	103,0	515 240
	POPULAR 0,875% 28/09/2021 (8532)	1 000 000	99,6	995 500	102,3	1 023 143
	CREDIT MUTUEL 0,25% 14/06/2019 (8618)	800 000	100,3	802 000	100,7	805 280
	ROCHE 6,50% 04/03/2021 (5944)	400 000	135,0	540 160	132,7	530 924

Anexo II

Euros

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)				
Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes	44 794	5 199	694	(38 901)
Incêndio e outros dados	1 185 158	824 114	25 664	(335 380)

* Sinistros ocorridos em 2015



03

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2016

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2016, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2016 tiveram a participação de todos os seus membros e contaram, ainda, com a presença do Administrador Delegado e do Diretor Financeiro.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2016 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal ainda reuniu regularmente e manteve contactos durante o ano com o revisor oficial de contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2016, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi prestada especial atenção ao plano de implantação do sistema de gestão de risco e controlo interno, ao relatório de autoavaliação dos riscos e da solvência (relatório ORSA), ao reporte de

abertura Solvência II, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, aos conceitos e metodologia envolvidos na estratégia de risco e tolerância e ao relatório anual de *compliance*.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:



Rodrigo



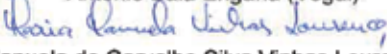
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2016;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 27 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL


José Duarte Assunção Dias (Presidente)


António Baia-Engana (Vogal)


Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Aegon Santander Portugal Não Vida” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 18.657.099 euros e um total de capital próprio de 13.888.574 euros, incluindo um resultado líquido de 1.696.195 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Ativo intangível – Direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e carteira de seguros do ramo acidentes pessoais

Divulgação relacionada com a mensuração do ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo de acidentes pessoais, apresentada nas notas 1, 2 c) e 17 das notas anexas às demonstrações financeiras.

O montante do ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo de incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo de acidentes pessoais apresentado na demonstração da posição financeira ascende a 4.009 milhares de euros e 258 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016 (2015: 4.283 milhares de euros e 373 milhares de euros, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400 milhares de euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguros, relativos aos ramos incêndio e outros danos, correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado com a Liberty Seguros, S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, e após constituição da Aegon Santander Portugal Não Vida, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., transferiu para a Companhia uma carteira de seguros relativa às apólices de seguros do ramo acidentes pessoais, pelo montante de 500 milhares de euros.

Os referidos montantes serão amortizados ao longo do período em que se espera que venham a ser gerados benefícios económicos para a Companhia.

De forma a aferir sobre a recuperabilidade do

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo acidentes pessoais;
- Análise da metodologia do teste desenvolvido para aferição da existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras respeitantes ao ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo acidentes pessoais estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico de base IFRS.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

valor líquido contabilístico, a Companhia analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associado ao direito de opção de subscrição de seguros e às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à respetiva evolução da carteira e as condições atuais do mercado. Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite**Divulgação relacionada com a mensuração da provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentada nas notas 2 I), 3 e 18 das notas anexas às demonstrações financeiras.**

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 2.088 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016 (2015: 1.230 milhares de euros), representando 44% do total do passivo da Companhia a essa data.

As responsabilidades futuras da Companhia para regularização de processos de sinistro, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário. As referidas responsabilidades, pela sua natureza, são obrigações de severidade e frequência incerta, tendo por base julgamentos e estimativas relativas ao sinistros ocorridos, as quais pretendem mensurar a melhor estimativa do montante de indemnizações e despesas que virão a ser pagas.

Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite;
- Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia;
- Realização de procedimentos substantivos e de revisão analítica.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

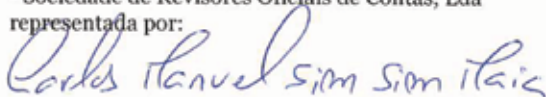
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Aegon Santander Portugal Não Vida pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do nº8 do artigo 77º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

23 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



SEGUROS NÃO VIDA

Rua da Mesquita, nº 6 - 1070-238 Lisboa - Tel.: 21 780 73 69